

PRESENTE DE RETA FINAL ICMS SC

QUESTÕES DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS/2018 - COMENTADAS

Olá, pessoal, tudo bem? Aqui quem fala são os professores Luciano Rosa, Gabriel Rabelo e Julio Cardozo e, já que estamos na reta final para o concurso da SEFAZ-SC, **resolvemos preparar esse material extra para vocês, só** com questões de 2018 da banca FCC! **É a nossa maneira de agradecer a todos os alunos que acompanham e gostam do nosso trabalho.** Não temos dúvidas que esse material apresenta diversas questões que irão aparecer nas próximas provas da banca! Aproveitem!

Por falar nisso, nosso curso de provas comentadas da FCC já está com todas as aulas postadas e está sendo uma excelente ferramenta de preparação para provas da banca.

Confira a aula demonstrativa gratuita:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/contabilidade-fcc-raio-x-da-banca-e-curso-de-questoes/>

Aproveitem o material, pessoal!

Professores: Gabriel Rabelo, Luciano Rosa e Julio Cardozo.

*“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.
Isaac Newton.”*

LISTA DE QUESTÕES

1) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Em 31/12/2016, a Cia. das Traças apresentava as seguintes contas do Patrimônio Líquido, com os respectivos saldos:

- Ágio na emissão de ações no valor de R\$ 20.000,00
- Capital subscrito no valor de R\$ 200.000,00
- Ações em tesouraria no valor de R\$ 15.000,00
- Reserva legal no valor de R\$ 24.000,00
- Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 25.000,00
- Capital a integralizar no valor de R\$ 80.000,00

O lucro líquido apurado pela Cia. das Traças, no ano de 2017, foi R\$ 100.000,00 e o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

- Dividendos mínimos obrigatórios: 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404/76.
- Retenção de Lucros: saldo remanescente.

Do lucro líquido apurado, o valor de R\$ 40.000,00 foi decorrente de incentivos fiscais recebidos pela Cia. que foram retidos na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei no 6.404/76 em relação aos dividendos. A Reserva Legal é constituída nos termos da Lei no 6.404/76.

Com base nestas informações, o valor do patrimônio líquido da Cia. das Traças, em 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 256.000,00.
- (B) 257.500,00.
- (C) 244.000,00.
- (D) 287.500,00.
- (E) 286.000,00.

2) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** A Cia. Recursos Disponíveis realizou três aplicações financeiras em 01/12/2017, cujas características são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2017 (R\$)
500.000,00	01/12/2019	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	507.000,00
300.000,00	01/04/2018	Mensuração ao custo amortizado	1% a.m.	305.000,00
400.000,00	01/08/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	2% a.m.	409.000,00

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de dezembro de 2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 21.000,00 positivo.
- (B) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.221.000,00.
- (C) o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de dezembro de 2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 19.000,00 positivo.

(D) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.219.000,00.

(E) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.222.000,00.

Atenção: Com base nas informações a seguir responda as questões 03 e 04.

Em 31/12/2016, a Cia. Brasileira adquiriu, à vista, 40% das ações da Cia. Francesa. O valor pago pela aquisição foi R\$ 7.000.000,00 e a Cia. Brasileira passou a ter influência significativa na administração.

Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Francesa era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era R\$ 15.000.000,00, sendo esta diferença decorrente da avaliação a valor justo de um ativo intangível com vida útil indefinida que a Cia. Francesa detinha.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, a Cia. Francesa apurou lucro líquido de R\$ 500.000,00. Sabe-se que, em 2017, a Cia. Francesa realizou uma venda no valor de R\$ 100.000,00 para a Cia. Brasileira com margem de lucro de 50% sobre as vendas, e estas mercadorias adquiridas da Cia. Francesa ainda estão no estoque da Cia. Brasileira. A alíquota de imposto de renda para a Cia. Francesa é 34% e esta distribuiu dividendos totais no valor de R\$ 150.000,00.

3) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Com base nestas informações, o valor que a Cia. Brasileira reconheceu na conta Investimentos em Coligadas, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2016, e o valor do ágio que foi pago na aquisição foram, respectivamente, em reais,

(A) 7.000.000,00 e 3.000.000,00.

(B) 4.000.000,00 e 1.000.000,00.

(C) 7.000.000,00 e 1.000.000,00.

(D) 4.000.000,00 e 3.000.000,00.

(E) 6.000.000,00 e 1.000.000,00.

4) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** O impacto reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2017 da Cia. Brasileira, referente ao investimento na Cia. Francesa, foi, em reais,

(A) 167.000,00.

(B) 126.800,00.

(C) 120.000,00.

- (D) 180.000,00.
(E) 186.800,00.

5) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** A Cia. A apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.500.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 1.900.000,00.
- Perda por desvalorização (“impairment”): R\$ 400.000,00.

Em 31//12/2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade (“impairment”) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017, a Cia. A deveria ter

- (A) reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
(B) reconhecido um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
(C) mantido o valor contábil de R\$ 1.500.000,00.
(D) reconhecido um ganho no valor de R\$ 500.000,00.
(E) reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.

Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da Cia. A e da Cia. B:

Informação	Cia. A	Cia. B
Ativo circulante	30.000	21.000
Liquidez corrente	1,5	1,5
Composição do endividamento	40%	70%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	80%
Retorno sobre o PL	20%	40%

6) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o patrimônio líquido da Cia. B é igual a R\$ 25.000,00.
- (B) o total de recursos de terceiros da Cia. A é igual a R\$ 62.500,00.
- (C) o passivo não circulante da Cia. B é igual a R\$ 20.000,00.
- (D) o lucro líquido da Cia. A é igual a R\$ 2.500,00.
- (E) o passivo não circulante da Cia. A é igual a R\$ 50.000,00.

7) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** A Cia. Renovável adquiriu um equipamento, em 01/01/2016, por R\$ 5.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 8 anos e valor residual, no final do prazo de utilização, de R\$ 800.000,00. O equipamento é utilizado de forma contínua e a Cia. utiliza o método das cotas constantes para o cálculo da depreciação. Em 01/01/2017, a Cia. Renovável reavaliou a vida útil remanescente do equipamento para 5 anos e o valor residual para R\$ 500.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. Renovável vendeu este equipamento por R\$ 3.100.000,00 à vista. O resultado apurado em 2017 com a venda do equipamento foi, em reais,

- (A) 580.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 100.000,00, positivo.
- (D) 560.000,00, negativo.
- (E) 400.000,00, negativo.

8) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** No dia 31/12/2015 uma empresa realizou uma emissão de debêntures para captação de recursos no valor de R\$ 50.000.000,00. As debêntures apresentavam as seguintes características:

- Prazo total: 15 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais no valor de R\$ 6.573.688,84

Para a emissão e colocação das debêntures no mercado a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 520.000,00.

Tendo em vista que a expectativa do mercado futuro de juros é que ocorrerá uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu obter um valor superior ao desejado, vendendo os títulos por R\$ 53.500.000,00.

Sabendo-se que a taxa de custo efetivo da operação foi 9% ao ano, o saldo contábil líquido evidenciado no passivo, no balanço patrimonial de 31/12/2016 da empresa, e o impacto no resultado de 2016 decorrente das debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

-](A) 47.926.311,16 e 5.020.000,00.
- (B) 51.741.311,16 e 5.335.000,00.
- (C) 48.426.311,16 e 5.520.000,00.
- (D) 51.174.511,16 e 4.768.200,00.
- (E) 51.704.311,16 e 5.818.000,00.

9) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Uma máquina foi adquirida à vista por R\$ 12.500.000,00 e a empresa gastou, adicionalmente, R\$ 1.000.000,00 na alteração da estrutura do imóvel para fazer a instalação da máquina. O imóvel utilizado pela empresa é alugado e uma cláusula contratual estabelece que, no final do prazo contratado, esta deverá fazer a reestruturação necessária para devolver o imóvel nas mesmas condições do início do contrato. A aquisição ocorreu em 30/06/2015 e a empresa definiu que utilizará a máquina durante 10 anos, mesmo prazo de vigência do contrato de aluguel do imóvel.

A empresa estima que os gastos para a reestruturação do imóvel, no final do 10º ano, totalizarão R\$ 1.650.000,00 e a taxa de juros vigente era de 10% para o prazo de 10 anos. A empresa calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido, tendo em vista que a máquina funciona sem qualquer interrupção. No início do prazo de utilização da máquina, o valor residual estimado para sua venda no final da vida útil era R\$ 3.750.000,00. Se a vida útil do equipamento para fins fiscais é definida em 8 anos, a despesa de depreciação evidenciada na demonstração do resultado de 2015 para esta máquina foi, em reais,

- (A) 562.500,00.
- (B) 625.000,00.
- (C) 437.500,00.
- (D) 487.500,00.
- (E) 675.000,00.

10) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Em 01/12/2016 a empresa Rapidinha S.A. adquiriu a prazo, por R\$ 2.070.000,00, um lote de mercadorias para revenda. O prazo de pagamento era superior a 12 meses da data da compra e a taxa de juros praticada pelo fornecedor, para suas vendas a prazo, era 0,8% ao mês que equivale a 15% no prazo concedido à empresa compradora. A empresa Rapidinha S.A. pagou, adicionalmente, os seguintes encargos para dispor das mercadorias em condições de venda:

- R\$ 80.000,00 de transporte para trazer a mercadoria da fábrica do fornecedor até seu depósito.
- R\$ 10.000,00 de seguro para o transporte das mercadorias até seu depósito.

Sabe-se que nos diversos gastos efetuados pela empresa para dispor das mercadorias estavam incluídos os seguintes impostos:

- R\$ 10.000,00 de impostos não recuperáveis
- R\$ 290.000,00 de impostos recuperáveis

A empresa Rapidinha S.A. não tinha estoque de mercadorias antes desta compra e, em dezembro de 2016, vendeu 80% destas mercadorias pelo valor bruto de R\$ 3.000.000,00. Sabendo-se que os impostos incidentes sobre estas vendas totalizaram R\$ 450.000,00, o impacto total no resultado de 2016 decorrente da compra das mercadorias e da venda de parte do lote comprado foi, em reais,

- (A) 1.270.000,00.
- (B) 1.327.600,00.
- (C) 894.000,00.
- (D) 1.054.000,00.
- (E) 1.255.600,00.

Com base nas informações a seguir responda as questões 11 e 12.

São apresentados a seguir os Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016, e a Demonstração do Resultado do ano de 2016 da empresa Comércio de Produtos Populares S.A. (valores expressos em reais):

Comércio de Produtos Populares S.A.					
Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016					
ATIVO	31/12/2015	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2016
Ativo circulante	822.000	1.544.400	Passivo circulante	966.000	1.757.520
Caixa e Equivalentes de Caixa	90.000	380.400	Fornecedores	396.000	512.400
Contas a Receber de Clientes	336.000	576.000	Empréstimos obtidos	540.000	1.164.000
Estoques para venda	396.000	508.000	Dividendos a pagar	30.000	49.920
Adiantamento a fornecedores	-	80.000	Imposto de Renda a pagar	-	31.200
Ativo não circulante	864.000	1.308.000	Patrimônio Líquido	720.000	1.094.880
Investimentos	84.000	216.000	Capital Social	600.000	900.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	120.000	194.880
Veículos	504.000	1.092.000			
Imóveis	276.000	-			
TOTAL DO ATIVO	1.686.000	2.852.400	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.686.000	2.852.400

Comércio de Produtos Populares S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Receitas de Vendas	2.250.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.572.000)
(=) Resultado com Mercadorias	678.000
(-) Despesas Operacionais	
Depreciação	(72.000)
Despesas com vendas	(210.000)
Despesas administrativas	(300.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	36.000
(=) Resultado antes dos efeitos financeiros	132.000
(-) Despesas Financeiras	(60.000)
(=) Resultado após os efeitos financeiros	72.000
(=) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na Venda de Imóveis	84.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	156.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(31.200)
(=) Resultado Líquido	124.800

11) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018)** Considerando que as despesas financeiras não foram pagas em 2016, o fluxo de Caixa das Atividades Operacionais de 2016 foi, em reais,

- (A) 111.600,00 (negativo).
- (B) 123.600,00 (negativo).
- (C) 147.600,00 (negativo).
- (D) 207.600,00 (negativo).
- (E) 63.600,00 (negativo).

12) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018)** Considere que os imóveis foram vendidos em 02/01/2016 e que durante o ano de 2016 a empresa não vendeu investimentos nem veículos, não liquidou qualquer empréstimo, não pagou as despesas financeiras e pagou os dividendos constantes do balanço de 31/12/2015.

Com base nestas informações, é correto afirmar que o fluxo de caixa das atividades de

- (A) investimento foi R\$ 324.000,00, negativo.
- (B) financiamento foi R\$ 864.000,00, positivo.
- (C) investimento foi R\$ 396.000,00, negativo.
- (D) financiamento foi R\$ 894.000,00, positivo.
- (E) investimento foi R\$ 480.000,00, negativo.

13) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018)** Uma empresa realizou, em 31/12/2016, um contrato de arrendamento mercantil de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 8 anos, a empresa pagará 8 parcelas anuais de R\$ 837.338,81, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2017, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 5.000.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 800.000,00. Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2017, decorrente da operação de arrendamento mercantil realizada foi, em reais,

- (A) 350.000,00.
- (B) 750.000,00.
- (C) 837.338,81.
- (D) 420.000,00.
- (E) 770.000,00.

14) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018)** Uma empresa adquiriu um imóvel de 20 andares e está utilizando apenas 3 andares para suas atividades administrativas. Por decisão da diretoria, os demais andares foram alugados para terceiros, por prazo determinado e sem possibilidade de venda, com o objetivo de gerar receita de aluguel, sendo que a empresa

presta os serviços de manutenção, acesso e segurança para o edifício. Caso a empresa deseje, os andares podem ser comercializados separadamente e é possível identificar valor de mercado para cada andar. Com relação à contabilização do imóvel, é correto afirmar que:

- (A) O valor correspondente a três andares deve ser registrado como Ativo Imobilizado e os demais andares como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- (B) Os andares alugados devem ser tratados como arrendamento mercantil financeiro pela empresa.
- (C) Deve ser registrado inteiramente como Ativo Imobilizado.
- (D) Deve ser registrado inteiramente como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- (E) Todos os andares devem ser mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial.

15) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Cia. das Viradas realizou, durante o mês de dezembro de 2017, as vendas nas condições apresentadas na tabela a seguir:

Data	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2017	1.020.000,00	01/12/2019
09/12/2017	870.000,00	À vista
27/12/2017	530.000,00	À vista
Total do mês	2.420.000,00	-

A taxa de juros compostos cobrada nas vendas a prazo é de 0,76% ao mês, que equivale a uma taxa de juros de 20% para o prazo total da venda ocorrida em 01/12/2017. Os efeitos evidenciados na Demonstração do Resultado do ano de 2017 da Cia. das Viradas, decorrentes especificamente das vendas efetuadas durante o mês de dezembro de 2017, foram

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.420.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 6.460,00.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 8.500,00.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 170.000,00.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.216.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 8.500,00.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 6.460,00.

16) (FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018) A Cia. das Caixas é uma empresa comercial e apresentava as seguintes demonstrações contábeis, com valores em reais:

Balanco Patrimonial

Ativo	31/12/16	31/12/17	Passivo	31/12/16	31/12/17
Ativo Circulante	245.000	655.000	Passivo Circulante	92.000	183.000
Caixa e Equivalentes	140.000	500.000	Fornecedores	32.000	82.000
Duplicatas a Receber	60.000	130.000	Adiantamentos de Clientes	60.000	35.000
Estoques	35.000	20.000	Dividendos a Pagar	-	66.000
Seguros pagos antecipadamente	10.000	5.000			
			Passivo Não Circulante	193.000	218.000
Ativo Não Circulante	290.000	150.000	Empréstimos	193.000	218.000
Imobilizado					
Terreno	120.000	-	Patrimônio Líquido	250.000	404.000
Máquinas	200.000	200.000	Capital Social	250.000	250.000
Depreciação Acumulada	(30.000)	(50.000)	Reservas de Lucros	-	154.000
Total do Ativo	535.000	805.000	Total do Passivo + PL	535.000	805.000

Demonstração do Resultado
01/01/2017 a 31/12/2017

Receita Bruta de Vendas	750.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(380.000)
(=) Lucro Bruto	370.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas de Salários	(70.000)
Despesas de Seguros	(15.000)
Despesas de depreciação	(20.000)
(+) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do Terreno	32.000
(=) Lucro antes do resultado financeiro	297.000
(-) Despesa financeira (juros)	(25.000)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	272.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(52.000)
(=) Lucro Líquido	220.000

Sabendo-se que a despesa financeira não foi paga e que o terreno foi vendido à vista, o fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais gerado no ano de 2017 foi, em reais,

- (A) 208.000,00
- (B) 240.000,00
- (C) 274.000,00
- (D) 233.000,00
- (E) 213.000,00

17) (FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018) A Cia. Brasileira apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017, na conta Provisões, o valor de R\$ 580.000,00, composto dos seguintes valores:

Processos	Saldo em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 250.000,00
Fiscal	R\$ 330.000,00

Em 30/06/2018, a Cia. obteve as seguintes informações relacionadas aos diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 30/06/2018	Valor estimado em 30/06/2018 para as perdas
Trabalhista	Provável	R\$ 220.000,00
Fiscal	Provável	R\$ 320.000,00
Ambiental (novo)	Provável	R\$ 300.000,00
Trabalhista II (novo)	Possível	R\$ 120.000,00

O impacto que a Cia. Brasileira reconheceu na Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2018, referente às Provisões, foi, em reais,

- (A) 300.000,00, negativo.
- (B) 260.000,00, negativo.
- (C) 420.000,00, negativo.
- (D) 380.000,00, negativo.
- (E) 40.000,00, positivo.

18) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Cia. Metais Pesados possuía, em 31/12/2017, uma patente com vida útil indefinida, a qual estava contabilizada por R\$ 730.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Metais Pesados, em dezembro em de 2017,

- (A) não alterou o valor contábil da Patente.
- (B) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 210.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 60.000,00.

19) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A empresa Dinheiro & Cia. realizou 3 aplicações financeiras em 01/12/2017 e as características de cada uma delas são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2017 (R\$)
500.000,00	01/12/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1%a.m.	503.000,00
400.000,00	01/05/2019	Mensuração ao custo amortizado	2%a.m.	406.000,00
300.000,00	30/09/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5%a.m.	305.000,00

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2017, e o efeito total apresentado na Demonstração do Resultado de 2017, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.214.000,00 e 14.000,00
- (B) 1.217.500,00 e 17.500,00
- (C) 1.216.000,00 e 18.000,00
- (D) 1.214.000,00 e 16.000,00
- (E) 1.216.000,00 e 16.000,00

20) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** Em 31/12/2015, a Cia. dos Esportes adquiriu um equipamento por R\$ 320.000,00 à vista. Estimou que a vida útil econômica era 6 anos e o valor residual esperado era R\$ 20.000,00. Em 01/01/2017, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente do equipamento para 4 anos e o valor residual para R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, a Cia. dos Esportes resolveu trocar o equipamento e o vendeu por R\$ 200.000,00, à vista. O resultado obtido pela Cia. dos Esportes com a venda do equipamento foi

- (A) prejuízo no valor de R\$ 120.000,00.
- (B) prejuízo no valor de R\$ 5.000,00.
- (C) lucro no valor de R\$ 5.000,00.
- (D) lucro no valor de R\$ 4.000,00.
- (E) lucro no valor de R\$ 14.000,00

21) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Cia. Azul produz um único produto e para produzir integralmente 5.000 unidades incorreu nos seguintes gastos durante o mês de junho de 2018:

Custos fixos: R\$ 50.000,00

Custos variáveis:

– Matéria-prima: R\$ 21,00/unidade

– Mão de obra direta: R\$ 4,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 25.000,00

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a venda: 12% da receita bruta de vendas

Sabendo que a Cia. Azul utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção de junho de 2018 foi, em reais,

- (A) 25,00
- (B) 49,00
- (C) 35,00
- (D) 40,00
- (E) 64,00.

22) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Só Zebra S.A. é uma empresa industrial e produz um único produto. Durante o mês de junho de 2018 incorreu nos seguintes gastos:

Mão de obra direta	R\$ 80.000,00
Energia elétrica (fábrica)	R\$ 23.000,00
Aluguel (administração)	R\$ 15.000,00
Salário do supervisor da fábrica	R\$ 25.000,00
Comissões de vendedores	R\$ 12.000,00
Compra de matéria-prima	R\$ 220.000,00
Depreciação das máquinas e equipamentos (fábrica)	R\$ 40.000,00

O estoque inicial de matéria-prima, em 31/05/2018, era R\$ 30.000,00 e o estoque final, em 30/06/2018, era R\$37.000,00. O estoque inicial de produtos em processo, em 31/05/2018, era R\$ 44.000,00 e o estoque final, em 30/06/2018, era R\$ 18.000,00.

O custo da produção acabada no período utilizando o custeio por absorção foi, em reais,

- (A) 407.000,00
- (B) 414.000,00

- (C) 381.000,00
- (D) 422.000,00
- (E) 434.000,00.

23) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** Patrimônio Líquido da Cia. Floresta, em 31/12/2016, era composto pelas seguintes contas:

- Capital Social: R\$ 800.000,00
- Reserva Legal: R\$ 150.000,00
- Reserva Estatutária: R\$ 100.000,00

No ano de 2017, o lucro líquido apurado pela Cia. Floresta foi R\$ 300.000,00 e o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

- Dividendos mínimos obrigatórios: 40% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei.
- Retenção de Lucros: saldo remanescente.

Do lucro líquido apurado, R\$ 60.000,00 foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela empresa e, para não tributar este ganho, a Cia. Floresta reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei no 6.404/76. A Reserva Legal é constituída nos termos da mesma Lei.

Com base nestas informações, a Cia. Floresta

- (A) reteve na forma de reserva legal R\$ 15.000,00.
- (B) distribuiu como dividendos mínimos obrigatórios R\$ 116.000,00.
- (C) reteve na forma de retenção de lucros R\$ 114.000,00.
- (D) distribuiu como dividendos mínimos obrigatórios R\$ 90.000,00.
- (E) reteve na forma de retenção de lucros R\$ 138.000,00.

24) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** A Cia. Comercial Corujão adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

- Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 420.000,00
- Valor total do seguro para transporte dos produtos adquiridos até a empresa: R\$ 10.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

- Tributos recuperáveis: R\$ 52.000,00
- Tributos não recuperáveis: R\$ 23.000,00

A Cia. Comercial Corujão revendeu todos os produtos adquiridos por R\$ 800.000,00, concedendo 5% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 92.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 8.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 12.000,00.

Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Corujão, em relação à transação realizada foi, em reais,

- (A) 278.000,00
- (B) 290.000,00
- (C) 270.000,00
- (D) 261.000,00
- (E) 382.000,00

25) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** A empresa comercial Só Pastilhas S.A. apresentou as seguintes informações referentes ao ano de 2017, com os valores expressos em reais:

Receita Bruta de Vendas	2.000.000
(-) Impostos sobre Vendas	(360.000)
(=) Receita Líquida	1.640.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(740.000)
(=) Lucro Bruto	900.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesa de Depreciação	(80.000)
Despesa com Salários	(40.000)
(+) Receita Financeira	15.000
(=) Lucro antes do IR e CSLL	795.000
(-) IR e CSLL	(115.000)
(=) Lucro Líquido	680.000

O valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos comercializados no ano de 2017 foi R\$ 110.000,00. Com base nessas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa comercial Só Pastilhas S.A. no ano de 2017 foi, em reais,

- (A) 1.195.000,00
- (B) 1.150.000,00
- (C) 1.085.000,00
- (D) 1.070.000,00
- (E) 1.260.000,00

26) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da Cia. Copa e da Cia. Campeã:

Informação	Cia. Copa	Cia. Campeã
Passivo circulante	R\$ 12.000,00	R\$ 9.000,00
Índice de Liquidez corrente	1,5	2,0
Composição do endividamento	60%	40%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	80%
Retorno sobre o PL	20%	18%

Com base nessas informações, a Cia.

- (A) Campeã apresenta maior ativo circulante.
- (B) Copa apresenta maior montante de recursos de terceiros.
- (C) Copa apresenta maior passivo não circulante.
- (D) Campeã apresenta maior patrimônio líquido.
- (E) Copa apurou maior lucro líquido.

27) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. Transparente publicou os Balanços Patrimoniais em 31/12/2016 e 31/12/2017, e a Demonstração do Resultado para o ano 2017, os quais estão apresentados a seguir:

Cia. Transparente
Balanços Patrimoniais em 31/12/2016 e 31/12/2017 (valores em reais)

ATIVO	31/12/16	31/12/17	PASSIVO	31/12/16	31/12/17
Ativo circulante	210.000	314.000	Passivo circulante	125.000	239.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.000	124.000	Fornecedores	75.000	45.000
Clientes	70.000	130.000	Dividendos a Pagar	-	55.000
Estoques	90.000	40.000	Empréstimos	50.000	122.000
Despesas antecipadas	-	20.000	Impostos a Pagar	-	17.000
Ativo não circulante	195.000	371.000	Patrimônio Líquido	280.000	446.000
Investimentos	30.000	40.000	Capital	260.000	260.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	20.000	186.000
Máquinas e Equipamentos	200.000	400.000			
Depreciação Acumulada	(35.000)	(69.000)			
TOTAL DO ATIVO	405.000	685.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	405.000	685.000

Cia. Transparente
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 (valores em reais)

Receitas de Vendas	850.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(420.000)
(=) Resultado com Mercadorias	430.000
(-) Despesas Operacionais	
- Depreciação	(34.000)
- Outras Despesas Operacionais	(146.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
- Resultado de Equivalência Patrimonial	10.000
(+) Resultado antes dos Efeitos Financeiros	260.000
(-) Despesas Financeiras	(12.000)
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	248.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(27.000)
(=) Resultado Líquido	221.000

Durante o ano de 2017 a empresa não liquidou nenhum empréstimo e não pagou as despesas financeiras incorridas. O valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais é, em reais,

- (A) 214.000,00
- (B) 212.000,00
- (C) 224.000,00
- (D) 244.000,00
- (E) 269.000,00

28) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

- (A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.
- (B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.
- (D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

29) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** Em 31/12/2016, uma empresa realizou vendas totais no valor de R\$ 1.075.000,00, sendo que R\$ 500.000,00 foram vendidos à vista e o saldo remanescente será recebido integralmente após 15 meses. A empresa praticava a taxa de juros de 11,83% ao ano para as suas vendas a prazo, que equivale a uma taxa de 15% no prazo de 15 meses.

Em relação às vendas efetuadas em 31/12/2016, a empresa reconheceu Receita de Vendas no valor de

- (A) R\$ 1.075.000,00 no resultado do ano de 2016, apenas.
- (B) R\$ 500.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 575.000,00 no resultado do ano de 2017.
- (C) R\$ 1.000.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita Financeira no valor de R\$ 59.150,00 no resultado do ano de 2017.
- (D) R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2017.
- (E) R\$ 1.000.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 75.000,00, ambas no resultado do ano de 2016.

30) As Demonstrações dos Resultados do ano de 2016 das empresas Dominadora S.A. e Submissa S.A. estão apresentadas a seguir:

Demonstrações dos resultados de 2016 (Valores em R\$)

Descrição das contas	Dominadora S.A.	Submissa S.A.
Receitas de Vendas	15.000	9.000
(-) Custo da Mercadoria Vendida	(9.000)	(5.400)
(=) Resultado Bruto com Vendas	6.000	3.600
(-) Despesas gerais	(1.500)	(3.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	240	-
(=) Resultado Líquido	4.740	600

As seguintes informações são conhecidas:

- I. A empresa Dominadora S.A. detém 100% do capital da empresa Submissa S.A.
- II. A empresa Submissa S.A. efetuou uma venda no valor de R\$ 3.000,00 para a empresa Dominadora S.A., sendo que o Custo dos Produtos Vendidos foi R\$ 2.100,00. Desta forma, a margem bruta nesta venda foi 30%.
- III. A empresa Dominadora S.A. ainda mantém em estoque o valor de R\$ 1.200,00 das compras que fez da empresa Submissa S.A.

O Resultado Bruto com Vendas e o Resultado Líquido evidenciados na demonstração consolidada dos resultados do ano de 2016 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 9.240,00 e 4.740,00
- (B) 9.600,00 e 4.740,00
- (C) 9.600,00 e 5.100,00
- (D) 8.700,00 e 4.200,00
- (E) 9.240,00 e 5.100,00

31) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** No dia 01/12/2015, uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00. O prazo do empréstimo se encerrará em 01/12/2025, data em que a empresa deverá pagar integralmente o valor do principal. Os juros deverão ser pagos semestralmente com a primeira parcela vencendo em 01/06/2016 e a taxa de juros compostos negociada foi 1,5% ao mês. O valor das parcelas semestrais de juros é R\$ 1.868.865,28 e a empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato no valor de R\$ 500.000,00. A taxa de custo efetivo da operação foi 1,5442% ao mês.

O valor contábil do empréstimo que foi apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2015 e o valor total dos encargos financeiros evidenciados no resultado de 2015, referentes ao empréstimo obtido, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 20.300.000,00 e 800.000,00
- (B) 20.083.840,00 e 808.840,00
- (C) 17.932.253,72 e 301.119,00
- (D) 20.311.477,55 e 811.477,55
- (E) 19.801.119,00 e 301.119,00

32) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A empresa American Products Corporation atua nos Estados Unidos da América e sua moeda funcional é o dólar americano. Esta empresa é controlada da empresa brasileira Brasil Importados S.A., cuja moeda funcional é o Real. O Balanço Patrimonial da empresa American Products Corporation, em 31/12/2016, apresentava os seguintes saldos nas diversas contas, com os valores expressos em dólar americano:

American Products Corporation – Balanço Patrimonial em 31/12/2016

ATIVO	US\$	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	US\$
Ativo circulante	5.200	Passivo circulante	6.000
Caixa e Equivalentes	1.000	Fornecedores	3.500
Clientes	2.000	Impostos a pagar	1.500
Estoques	2.200	Contas a pagar	1.000
		Passivo não circulante	3.000
Ativo não circulante	14.800	Empréstimos	3.000
Realizável no longo prazo	800	Patrimônio Líquido	11.000
Imobilizado	10.000	Capital	8.000
Intangíveis	4.000	Reservas de Lucros	3.000
Total do Ativo	20.000	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	20.000

O resultado líquido obtido em 2016 pela empresa American Products Corporation, após a conversão para a moeda funcional da empresa brasileira, foi R\$ 6.000,00, e a conta Reservas de Lucros da empresa, em 31/12/2015, convertida para Reais, apresentava o saldo de R\$ 4.000,00.

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

- Os Estoques foram adquiridos em 30/11/2016.
- O Imobilizado e os Intangíveis foram adquiridos em 31/12/2015.
- O Capital foi integralizado em 31/12/2012.

As cotações do dólar para diversas datas são as seguintes:

Data	Cotação do dólar (em R\$)
31/12/2012	2,00
31/12/2015	3,00
30/11/2016	3,80
31/12/2016	4,00
Média de 2016	3,40

Após a conversão do Balanço Patrimonial da empresa American Products Corporation para Reais, o valor

- (A) Total do Ativo é R\$ 68.000,00.
- (B) da conta Ajustes Acumulados de Conversão é R\$ 18.000,00.
- (C) do Patrimônio Líquido é R\$ 37.400,00.
- (D) da conta Ajustes Acumulados de Conversão é R\$ 28.000,00.
- (E) do Patrimônio Líquido é R\$ 29.560,00

33) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. Chuva Fina fabrica os produtos A, B e C utilizando um único departamento. Ao analisar a produção ocorrida no mês de abril de 2018, a Cia. obteve as seguintes informações:

Produto	Gasto com Matéria-prima	Gasto com Mão de obra direta	Horas de Mão de obra direta utilizada	Quantidade total produzida	Preço de venda
A	R\$ 100/unidade	R\$ 150/unidade	1h/unidade	2.000	R\$ 500/unidade
B	R\$ 200/unidade	R\$ 100/unidade	1,6h/unidade	1.000	R\$ 700/unidade
C	R\$ 300/unidade	R\$ 50/unidade	1,4h/unidade	1.000	R\$ 600/unidade

Os custos indiretos totais incorridos no mês de abril de 2018 foram R\$ 200.000,00 e são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta total utilizada, tendo em vista que a Cia. Chuva Fina utiliza o método de custeio por absorção.

Com base nessas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, os custos unitários de produção do mês de abril de 2018 para os produtos A, B e C foram, respectivamente, em reais,

- (A) 290,00; 340,00 e 390,00
- (B) 250,00; 300,00 e 350,00
- (C) 300,00; 350,00 e 400,00
- (D) 290,00; 364,00 e 406,00
- (E) 283,33; 366,67 e 416,67

34) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) Determinada indústria incorreu nos seguintes gastos para produzir seu único produto:

Custos fixos: R\$ 60.000,00

Custos variáveis:

--- Matéria-prima: R\$ 10,00/unidade

--- Mão de obra direta: R\$ 5,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 20.000,00

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões de venda: 3% do preço de venda

Informações sobre a venda do produto:

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas

Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 130.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- A) 1.900
- B) 3.000
- C) 2.100
- D) 2.625
- E) 2.715

35) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. Porosa fabrica quatro produtos (X, Y, Z e W) e as informações referentes a cada um deles estão apresentadas a seguir (Valores em reais):

Variável	Produto			
	X	Y	Z	W
Preço de venda (unitário)	100	100	100	100
Custos variáveis (unitário)	26	30	28	20
Custos fixos (unitário)	15	12	17	18
Despesas variáveis (unitário)	9	3	6	12
Despesas fixas (unitário)	3	1	2	4

Os custos fixos são comuns aos quatro produtos e alocados com base nos volumes produzidos. As despesas fixas são alocadas em função das despesas variáveis unitárias. Sabendo que a empresa tem recursos limitados para investir em propaganda e que o objetivo é a maximização do lucro, a ordem de prioridade em que os produtos devem ter sua venda incentivada é

- A) W, X, Z e Y.
- B) Y, W, X e Z.
- C) W, Y, Z e X.
- D) Y, X, Z e W.
- E) X, Y, W e Z.

36) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. das Peças, ao analisar o desempenho operacional de seu setor produtivo, obteve as seguintes informações sobre a matéria-prima utilizada na fabricação de determinado produto:

Variável	Custo padrão	Custos reais
Quantidade consumida	2 kg/unidade	2,1 kg/unidade
Preço	R\$ 10,00/kg	R\$ 9,00/kg
Total	R\$ 20,00/unidade	R\$ 18,90/unidade

Com base nessas informações, a variação

- (A) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 2,00 favorável.
- (B) da quantidade de matéria-prima por unidade foi R\$ 1,00 favorável.
- (C) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 1,00 favorável.
- (D) da quantidade de matéria-prima por unidade foi R\$ 0,90 desfavorável.
- (E) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 2,10 favorável.

37) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) Considere as seguintes informações sobre os dois produtos fabricados pela Cia. Especializada:

	Especial 1 (unidade de 1kg)	Especial 2 (unidade de 1kg)
Lucro bruto por unidade	R\$ 12,00	R\$ 15,00
Margem de contribuição unitária	R\$ 10,00	R\$ 12,00
Quantidade de material especial por unidade	5	8
Quantidade demandada pelo mercado	100 unidades por semana	200 unidades por semana

A Cia. Especializada só consegue comprar 1.700 unidades de material especial por semana para a fabricação dos dois produtos.

Considerando o objetivo de maximizar o lucro, a Cia. deve produzir e vender as seguintes quantidades semanais do produto Especial 1 e do Especial 2, respectivamente,

- A) 0 e 200
- B) 20 e 200
- C) 100 e 200
- D) 0 e 212
- E) 100 e 150.

38) (FCC/Analista/DPE AM/2018) A empresa Profile S.A. adquiriu, em 31/12/2015, uma máquina por R\$ 420.000,00 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos para instalação adequada da mesma no valor de R\$ 60.000,00. Na data da aquisição, a empresa definiu que a vida útil econômica da máquina seria 6 anos e o valor residual esperado no final da vida útil seria R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da depreciação.

Em 30/06/2017, a empresa Profile S.A. vendeu esta máquina por R\$ 350.000,00 à vista. O resultado apurado na venda da máquina foi, em reais,

- a) 27.500,00 positivos.
- b) 17.500,00 negativos.
- c) 12.500,00 positivos.
- d) 57.500,00 positivos.
- e) 70.000,00 negativos.

39) (FCC/Analista/DPE AM/2018) A Cia. Açúcar & Sal adquiriu produtos para serem utilizados no seu processo industrial. Os produtos foram adquiridos à vista pelo valor total de R\$ 120.000,00. No valor pago pelos produtos estavam inclusos tributos recuperáveis de R\$ 25.000,00 e tributos

não recuperáveis de R\$ 15.000,00. Na mesma data, a Cia. pagou frete e seguro no valor de R\$ 8.000,00 para transporte dos produtos até a empresa. Na aquisição dos produtos, a Cia. Açúcar & Sal efetuou nas contas Caixa e Estoques os seguintes lançamentos:

- a) Débito em Estoques e crédito em Caixa, ambos no valor de R\$ 128.000,00.
- b) Débito em Estoques e crédito em Caixa, ambos no valor de R\$ 95.000,00.
- c) Débito em Estoques no valor de R\$ 95.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.
- d) Débito em Estoques no valor de R\$ 80.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.
- e) Débito em Estoques no valor de R\$ 103.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.

40) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** A Cia. Bana & Lara apresentava, em 31/12/2016, os seguintes saldos em algumas contas contábeis, com valores em reais:

Compras de mercadorias	15.000,00
Estoque inicial de mercadorias	35.000,00
Receita de vendas	64.000,00
Devolução de vendas	4.500,00
Estoque final de mercadorias	20.500,00
Comissões de vendas	7.000,00
Devolução de compras	4.000,00
Despesas financeiras	2.000,00
Impostos sobre vendas	9.000,00
Frete sobre vendas	3.000,00

Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto foram, respectivamente, em reais,

- a) 25.500,00 e 18.000,00.
- b) 25.500,00 e 25.000,00.
- c) 28.500,00 e 25.000,00.
- d) 28.500,00 e 18.000,00.
- e) 25.500,00 e 15.000,00.

41) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** Em 31/12/2016 a Cia. Calacrada adquiriu 60% das ações da Cia. Topa Tudo por R\$ 9.000.000,00 à vista. Na data da aquisição o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Topa Tudo era R\$ 14.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis

dessa Cia. era R\$ 18.000.000,00, sendo que a diferença era decorrente da avaliação a valor justo de um terreno que a Cia. Topa Tudo havia adquirido dois anos antes.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017 a Cia. Topa Tudo reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido: R\$ 500.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 100.000,00 (valor negativo)

O valor reconhecido no Balanço Patrimonial individual da Cia. Calacrada, na conta Investimentos em Controladas, em 31/12/2016 e 31/12/2017 foram, respectivamente,

- a) R\$ 10.800.000,00 e R\$ 10.980.000,00.
- b) R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.180.000,00.
- c) R\$ 10.800.000,00 e R\$ 11.040.000,00.
- d) R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.240.000,00.
- e) R\$ 8.400.000,00 e R\$ 8.700.000,00.

42) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** Em 31/12/2014, a Cia. Só Concreto adquiriu um equipamento por R\$ 1.300.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou que a vida útil econômica seria 10 anos e o valor residual esperado seria R\$ 300.000,00. Em 01/01/2016, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente para 8 anos e o valor residual para R\$ 200.000,00.

Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação, o valor contábil apresentado pela Cia. Só Concreto, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, foi, em reais,

- a) 1.075.000,00.
- b) 1.025.000,00.
- c) 875.000,00.
- d) 825.000,00.
- e) 1.100.000,00.

43) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** A Cia. Fantástica possuía em seu estoque um lote de mercadoria e, em 01/12/2016, vendeu 60% desse lote por R\$ 650.000,00 para ser recebido em 30/03/2018. Sabe-se que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 554.333,00, que não há incidência de qualquer tributo na compra nem na venda das mercadorias e que a taxa de juros cobrada pela empresa foi 1% ao mês.

Com base nestas informações, a Cia. Fantástica reconheceu na Demonstração do Resultado de 2016, Receita de vendas no valor de

- a) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 95.667,00.
- b) R\$ 650.000,00 e Despesa financeira no valor de R\$ 95.667,00.
- c) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 5.543,33.
- d) R\$ 650.000,00, apenas.
- e) R\$ 554.333,00, apenas.

44) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00.

QUESTÕES COMENTADAS

1) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Em 31/12/2016, a Cia. das Traças apresentava as seguintes contas do Patrimônio Líquido, com os respectivos saldos:

- Ágio na emissão de ações no valor de R\$ 20.000,00
- Capital subscrito no valor de R\$ 200.000,00
- Ações em tesouraria no valor de R\$ 15.000,00
- Reserva legal no valor de R\$ 24.000,00
- Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 25.000,00
- Capital a integralizar no valor de R\$ 80.000,00

O lucro líquido apurado pela Cia. das Traças, no ano de 2017, foi R\$ 100.000,00 e o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

- Dividendos mínimos obrigatórios: 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404/76.
- Retenção de Lucros: saldo remanescente.

Do lucro líquido apurado, o valor de R\$ 40.000,00 foi decorrente de incentivos fiscais recebidos pela Cia. que foram retidos na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei no 6.404/76 em relação aos dividendos. A Reserva Legal é constituída nos termos da Lei no 6.404/76.

Com base nestas informações, o valor do patrimônio líquido da Cia. das Traças, em 31/12/2017, era, em reais,

- (A) 256.000,00.
- (B) 257.500,00.
- (C) 244.000,00.
- (D) 287.500,00.
- (E) 286.000,00

Comentários:

O saldo inicial do Patrimônio Líquido era:

- Ágio na emissão de ações	R\$ 20.000,00
- Capital subscrito	R\$ 200.000,00

- Ações em tesouraria	-R\$ 15.000,00
- Reserva legal	R\$ 24.000,00
- Reserva de retenção de lucros	R\$ 25.000,00
- Capital a integralizar	-R\$ 80.000,00
Patrimônio Líquido Inicial	R\$ 174.000,00

O lucro líquido do período foi R\$ 100.000,00, portanto, para a Reserva Legal deveria ser destinado 5%, isto é, R\$ 5.000,00. Só que temos que analisar se o limite obrigatório ou facultativo dessa reserva Legal já foi atingido, certo?

A Reserva Legal **não pode ultrapassar 20% do Capital Social**, conforme previsão Lei 6404/76. Uma dúvida que surge é se devemos usar o Capital Subscrito ou Capital Integralizado, mas a FCC adotou posicionamento que entendemos ser o correto, utilizando o **Capital Integralizado**.

Capital Social Integralizado R\$ 120.000,00

Limite Obrigatório (20%) R\$ 24.000,00, ou seja, **já atingimos o limite, não podemos mais destinar valores para essa Reserva.**

Agora vamos determinar quanto será destinado para dividendos. A questão fala que **30% do Lucro Líquido ajustado** nos termos da Lei no 6.404/76.



Pessoal, quero deixar um alerta para vocês, pois a FCC vale o que está na redação da questão. Podemos usar como base de cálculo dos dividendos o **Lucro Líquido COM ou SEM AJUSTES!** Tenha muito cuidado com isso! Esse tema é muito explorado pela banca, mas as questões apresentam formas diferentes de cobrança.

Lucro Líquido	R\$ 100.000,00
Reserva de Incentivos Fiscais	-R\$ 40.000,00

Lucro Ajustado	R\$ 60.000,00
Dividendos (30%)	R\$ 18.000,00

Agora, o saldo final do Patrimônio Líquido será:

Patrimônio Líquido Inicial	R\$ 174.000,00
(+) Lucro Líquido	R\$ 100.000,00
(-) Dividendos (30%)	-R\$ 18.000,00
Patrimônio Líquido Final	R\$ 256.000,00

Gabarito→A

2) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** A Cia. Recursos Disponíveis realizou três aplicações financeiras em 01/12/2017, cujas características são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2017 (R\$)
500.000,00	01/12/2019	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	507.000,00
300.000,00	01/04/2018	Mensuração ao custo amortizado	1% a.m.	305.000,00
400.000,00	01/08/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	2% a.m.	409.000,00

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de dezembro de 2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 21.000,00 positivo.
- (B) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.221.000,00.
- (C) o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado de dezembro de 2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 19.000,00 positivo.
- (D) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.219.000,00.
- (E) o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para as três aplicações financeiras em conjunto foi R\$ 1.222.000,00.

Comentários:

CPC 48 na área. A FCC adaptou o padrão antigo de questões com as novas classificações. Como alertamos sempre, esse tipo de questão vai ser recorrente nas próximas provas de Contabilidade.

Os Títulos mensurados ao **custo amortizado** são semelhantes aos **antigos títulos mantidos até o vencimento**. O valor dos rendimentos (juros) vai para o resultado e não são ajustados ao valor justo.

Para os **títulos mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**, o valor dos rendimentos (juros) vai para o resultado; o **ajuste a valor justo vai para o PL, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial**.

Quanto aos títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado, os rendimentos e o ajuste a valor justo vão para o Resultado.

Mensuração definida pela empresa	Valor Justo em 31.12.2017	Custo Amortizado (Valor Aplicado + Juros)	Avaliação a Valor Justo	Valor Apresentado no Balanço
Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	R\$507.000,00	R\$510.000,00	Sim	R\$507.000,00
Mensuração ao custo amortizado	R\$305.000,00	R\$303.000,00	Não	R\$303.000,00
Mensuração ao valor justo por meio do resultado	R\$409.000,00	R\$408.000,00	Sim	R\$409.000,00
			Total	R\$1.219.000,00

Com isso podemos garantir que o gabarito da nossa questão é “D”.



Vamos analisar o efeito no resultado da empresa da apropriação da receita financeira e do ajuste a valor justo:

Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Receita Financeira = $500.000 \times 0,02 = \text{R}\$ 10.000,00$ (esse valor vai para a DRE como receita financeira).

Custo Amortizado = $510.000,00$

Valor Justo = $507.000,00$

A empresa teve uma **perda por ajuste a valor justo** de $510.000 - 507.000 = 3.000$

A contabilização desses fatos contábeis fica assim:

D – Instrumento Financeiro	R\$ 10.000
C – Receitas Financeiras	R\$ 10.000

Ajuste a Valor Justo

D – Ajuste de Avaliação Patrimonial (PL)	R\$ 3.000
C – Instrumento Financeiro	R\$ 3.000

Mensuração ao custo amortizado

Receita Financeira = $300.000 \times 0,01 = \text{R}\$ 3.000,00$ (esse valor vai para a DRE como receita financeira).

Custo Amortizado = $303.000,00$

Valor Justo = $305.000,00$

Não há ajuste a valor justo.

Contabilização:

D – Instrumento Financeiro	R\$ 3.000
C – Receitas Financeiras	R\$ 3.000

Mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Receita Financeira = $400.000 \times 0,02 = \text{R}\$ 8.000,00$ (esse valor vai para a DRE como receita financeira).

Custo Amortizado = 408.000,00

Valor Justo = 409.000,00

A empresa teve um ganho por ajuste a valor justo de $409.000 - 408.000 = 1.000$

Contabilização da Receita Financeira:

D – Instrumento Financeiro	R\$ 8.000
C – Receitas Financeiras	R\$ 8.000

Ajuste a Valor Justo

D – Instrumento Financeiro	R\$ 1.000
C – Receitas Financeiras	R\$ 1.000

O total que foi apropriado ao resultado do exercício, referente aos três títulos, foi: $8.000 + 1.000 + 10.000 + 3.000 = 22.000,00$.

Gabarito → D

Atenção: Com base nas informações a seguir responda as questões 03 e 04.

Em 31/12/2016, a Cia. Brasileira adquiriu, à vista, 40% das ações da Cia. Francesa. O valor pago pela aquisição foi R\$ 7.000.000,00 e a Cia. Brasileira passou a ter influência significativa na administração.

Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Francesa era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era R\$ 15.000.000,00, sendo esta diferença decorrente da avaliação a valor justo de um ativo intangível com vida útil indefinida que a Cia. Francesa detinha.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017, a Cia. Francesa apurou lucro líquido de R\$ 500.000,00. Sabe-se que, em 2017, a Cia. Francesa realizou uma venda no valor de R\$ 100.000,00 para a Cia. Brasileira com margem de lucro de 50% sobre as vendas, e estas mercadorias adquiridas da Cia. Francesa ainda estão no estoque da Cia. Brasileira. A alíquota de imposto de renda para a Cia. Francesa é 34% e esta distribuiu dividendos totais no valor de R\$ 150.000,00.

3) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Com base nestas informações, o valor que a Cia. Brasileira reconheceu na conta Investimentos em Coligadas, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2016, e o valor do ágio que foi pago na aquisição foram, respectivamente, em reais,

- (A) 7.000.000,00 e 3.000.000,00.
- (B) 4.000.000,00 e 1.000.000,00.
- (C) 7.000.000,00 e 1.000.000,00.
- (D) 4.000.000,00 e 3.000.000,00.
- (E) 6.000.000,00 e 1.000.000,00.

Comentários:

No momento da aquisição dos investimentos temos a seguinte situação:

Valor Patrimonial = 10.000.000 → Valor Patrimonial Proporcional = 10.000.000 x 0,40 = R\$ 4.000.000,00

Valor Justo = R\$ 15.000.000,00 → Valor Justo Proporcional = 15.000.000 x 0,40 = R\$ 6.000.000,00

Valor Pago = 7.000.000

Ágio por Expectativa de Rentabilidade futura (goodwill) = 7.000.000 – 6.000.000 = 1.000.000,00

Mais – Valia = R\$ 6.000.000 – R\$ 4.000.000 = R\$ 2.000.000,00

O saldo da conta Investimentos será de R\$ 7.000.000, que é o valor total pago, por sua vez, o Ágio (goodwill) é de R\$ 1.000.000,00. **A mais valia não entra no cálculo do ágio.**

Gabarito → C

4) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** O impacto reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2017 da Cia. Brasileira, referente ao investimento na Cia. Francesa, foi, em reais,

- (A) 167.000,00.
- (B) 126.800,00.

- (C) 120.000,00.
- (D) 180.000,00.
- (E) 186.800,00.

Comentários:



Pessoal, essa questão foi, em nossa opinião, a mais complexa da prova e, de certa forma, foi uma surpresa. Já sabemos que a FCC cobra bastante a avaliação de investimentos, incluindo a parte de Lucros Não Realizados, mas com alíquota de Imposto de Renda, foi a primeira questão que vimos!

A Lei das Sociedades por Ações e os CPCs estabelecem que os resultados não realizados gerados em transações da investida com a investidora **não devem ser computados no patrimônio líquido da respectiva investida para efeito de avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial.**

Por sua vez, o item 28 do CPC 18 dispõe que: “Os resultados decorrentes de transações ascendentes (upstream) e descendentes (downstream) entre o investidor (incluindo suas controladas consolidadas) e a coligada ou o empreendimento controlado em conjunto devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do investidor **somente na extensão da participação de outros investidores sobre essa coligada ou empreendimento controlado em conjunto**, desde que esses outros investidores sejam partes independentes do grupo econômico a que pertence a investidora.”

Conforme previsão do Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI), “a maneira de se chegar a esse valor é **deduzir, do lucro líquido da investida, o valor total dos resultados não realizados e sobre o valor resultante aplicar o percentual de participação.** Automaticamente a parte do investidor nos resultados não realizados será eliminada.”

Exemplo retirado da mesma obra:

Por exemplo, se a investidora A possui 30% de participação sobre a coligada B, e esta vende um ativo para A com lucro de \$ 1.000.000, e seu lucro líquido total é de \$ 4.000.000, a equivalência de A em B deve **eliminar o lucro denominado de não realizado se esse ativo ainda permanece na adquirente**. É importante lembrar que o lucro não realizado é conceito de **resultado líquido dos tributos**. Assim, se a investida estiver sujeita à tributação de 34% sobre o lucro, tratará como lucro não realizado o valor de $\$ 1.000.000 \times (1 - 34\%) = \$ 660.000$. Dessa forma, será entendido que, dos \$ 4.000.000 de lucro líquido, para fins de MEP deverão ser excluídos os \$ 660.000. O resultado do MEP será então de $30\% \times \$ (4.000.000 - 660.000) = \$ 1.002.000$

Com esse conceito em mente, podemos resolver a nossa questão:

Lucro não realizado = $\$100.000 \times 50\% = \$ 50.000$

IR sobre o lucro não realizado = $\$ 50.000 \times 34\% = \17.000

Total Lucro não realizado = $\$50.000 - \$ 17.000 = \33.000

Lucro base para MEP = $\$500.000 - \$33.000 = \$ 467.000$

Equivalência patrimonial = $\$ 467.000 \times 40\% = \186.800 .

Gabarito→E

5) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** A Cia. A apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 1.500.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 1.900.000,00.
- Perda por desvalorização (“impairment”): R\$ 400.000,00.

Em 31//12/2017 a empresa realizou o teste de recuperabilidade (“impairment”) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.

Com base nestas informações, nas demonstrações contábeis de 2017, a Cia. A deveria ter

- (A) reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- (B) reconhecido um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) mantido o valor contábil de R\$ 1.500.000,00.
- (D) reconhecido um ganho no valor de R\$ 500.000,00.

(E) reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.

Comentário:

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 2.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$1.400.000,00.
- Valor Recuperável = R\$ 2.000.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 1.500.000,00

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, assim, por prudência, nenhum ajuste deveria ser feito! Mas, a questão tem um detalhe muito importante. O ativo já possui perda por recuperabilidade registrada, e como houve aumento do valor recuperável, a entidade deverá reverter a perda já registrada, conforme determina o CPC 01:

*110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, **exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**, possa não mais existir ou ter diminuído. **Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.***

Assim sendo, na nossa questão, devemos fazer a Reversão da perda por recuperabilidade, mas o limite é o valor contábil que o bem possuía antes da perda ter sido reconhecida, isto é, 1.900.000,00:

D – Perda Por Desvalorização	400.000
C – Reversão de Perda por Recuperabilidade (receita)	400.000

Gabarito→B

Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da Cia. A e da Cia. B:

Informação	Cia. A	Cia. B
Ativo circulante	30.000	21.000
Liquidez corrente	1,5	1,5
Composição do endividamento	40%	70%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	80%
Retorno sobre o PL	20%	40%

6) (FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018) Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) o patrimônio líquido da Cia. B é igual a R\$ 25.000,00.
- (B) o total de recursos de terceiros da Cia. A é igual a R\$ 62.500,00.
- (C) o passivo não circulante da Cia. B é igual a R\$ 20.000,00.
- (D) o lucro líquido da Cia. A é igual a R\$ 2.500,00.
- (E) o passivo não circulante da Cia. A é igual a R\$ 50.000,00.

Comentários:

Pessoal, esse tipo de questão tem sido muito recorrente em provas da FCC, portanto, esses índices devem estar bem decorados! Só queremos fazer uma ressalva sobre o índice **“Grau de Endividamento”**, pois a FCC já adotou duas formas de cálculo, só que pela redação da questão saberemos qual adotar.

Percebam que nessa questão a questão fala que o Grau de Endividamento é **relação aos recursos totais, portanto, deveríamos usar a seguinte expressão:**

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Passivo Exigível} + \text{PL}} \text{ ou } \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo}}$$

Só que recentemente a FCC usou o grau de endividamento em relação apenas ao Capital de Próprio, portanto, a fórmula que deveria ser usada é:

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{PL}}$$

Portanto, fica a dica e o alerta!

	A	B
Ativo Circulante	R\$30.000,00	R\$21.000,00
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,5	1,5
Passivo Circulante	R\$20.000,00	R\$14.000,00
Composição do endividamento: PC/Passivo Exigível Total	0,4	0,7

Passivo Total	R\$50.000,00	R\$20.000,00
Passivo Não Circulante	R\$30.000,00	R\$6.000,00
Grau de Endividamento = Passivo Exigível/PL + Passivo	0,8	0,8
Passivo + PL	R\$62.500,00	R\$25.000,00
PL	R\$12.500,00	R\$5.000,00
RPL = Lucro Líquido/ PL	0,2	0,4
Lucro Líquido = RPL x PL	R\$2.500,00	R\$2.000,00

Gabarito→A

7) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** A Cia. Renovável adquiriu um equipamento, em 01/01/2016, por R\$ 5.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 8 anos e valor residual, no final do prazo de utilização, de R\$ 800.000,00. O equipamento é utilizado de forma contínua e a Cia. utiliza o método das cotas constantes para o cálculo da depreciação. Em 01/01/2017, a Cia. Renovável reavaliou a vida útil remanescente do equipamento para 5 anos e o valor residual para R\$ 500.000,00.

Em 31/12/2017, a Cia. Renovável vendeu este equipamento por R\$ 3.100.000,00 à vista. O resultado apurado em 2017 com a venda do equipamento foi, em reais,

- (A) 580.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 100.000,00, positivo.
- (D) 560.000,00, negativo.
- (E) 400.000,00, negativo.

Comentários:

Vamos organizar a informações apresentadas na questão:

Aquisição (01.01.2016) 5.000.000

Valor residual: 800.0000

Valor depreciável 4.200.000

Vida útil 8 anos

Depreciação anual: 525.000

Valor contábil em 01.01.2017 = 5.000.000 - 525.000 = 4.475.000

Valor depreciável = 4.475.000 - 500.000 = 3.975.000

Depreciação anual = 3.975.000/5

Depreciação anual: 795.000

Valor contábil em 31.12.2017 = 4.475.000 - 795.000 = 3.680.000

Venda = 3.100.000

Resultado = 3.100.000 - 3.680.000 = 580.000 (negativo)

Gabarito → A

8) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** No dia 31/12/2015 uma empresa realizou uma emissão de debêntures para captação de recursos no valor de R\$ 50.000.000,00.

As debêntures apresentavam as seguintes características:

- Prazo total: 15 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais no valor de R\$ 6.573.688,84

Para a emissão e colocação das debêntures no mercado a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 520.000,00.

Tendo em vista que a expectativa do mercado futuro de juros é que ocorrerá uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu obter um valor superior ao desejado, vendendo os títulos por R\$ 53.500.000,00.

Sabendo-se que a taxa de custo efetivo da operação foi 9% ao ano, o saldo contábil líquido evidenciado no passivo, no balanço patrimonial de 31/12/2016 da empresa, e o impacto no resultado de 2016 decorrente das debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- (A) 47.926.311,16 e 5.020.000,00.
- (B) 51.741.311,16 e 5.335.000,00.
- (C) 48.426.311,16 e 5.520.000,00.
- (D) 51.174.511,16 e 4.768.200,00.
- (E) 51.704.311,16 e 5.818.000,00.

Comentários:

Passo 1: Quanto entrou no caixa relativo ao empréstimo?

$$53.500.000 - 520.000 = R\$52.980.000,00$$

Passo 2: Qual o valor dos encargos na primeira parcela?

Devemos utilizar a taxa efetiva. É só pegar o valor da captação líquida e multiplicar pela taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é composta pelos juros + encargos financeiros e custos das transação.

$$52.980.000,00 \times 9\% = R\$ 4.768.200,00$$

Passo 3: O valor do empréstimo em 31.12.2016 é a soma da captação líquida + encargos devidos - pagamentos.

$$52.980.000,00 + 4.768.200,00 - 6.573.688,84 = R\$ 51.174.511,16$$



Vamos efetuar a contabilização da captação do empréstimo, mas ressalto que não é necessário para resolvermos as questões:

Momento 0 (captação):

D – Caixa (pela captação líquida)	\$ 52.980.000,00
D - Custos a amortizar (custos de transação)	\$ 520.000,00
C – Empréstimos e financiamentos	\$ 50.000.000,00
C – Prêmio a amortizar	\$ 3.500.000,00

Apresentação no balanço, no passivo, momento 0:

Empréstimos e financiamentos \$ 52.980.000,00

Ou, analiticamente:

Empréstimos e financiamentos	\$ 50.000.000,00
(+) Prêmio a amortizar	\$ 3.500.000,00
(-) Custos a amortizar	(\$ 520.000,00)
Saldo:	52.980.000,00

Os encargos financeiros do primeiro período foram de $52.980.000,00 \times 9\% = R\$ 4.768.200,00$ e eles se dividem em despesas financeiras e a amortização do prêmio e dos custos.

Gabarito → D

9) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018)** Uma máquina foi adquirida à vista por R\$ 12.500.000,00 e a empresa gastou, adicionalmente, R\$ 1.000.000,00 na alteração da estrutura do imóvel para fazer a instalação da máquina. O imóvel utilizado pela empresa é alugado e uma cláusula contratual estabelece que, no final do prazo contratado, esta deverá fazer a reestruturação necessária para devolver o imóvel nas mesmas condições do início do contrato. A aquisição ocorreu em 30/06/2015 e a empresa definiu que utilizará a máquina durante 10 anos, mesmo prazo de vigência do contrato de aluguel do imóvel.

A empresa estima que os gastos para a reestruturação do imóvel, no final do 10º ano, totalizarão R\$ 1.650.000,00 e a taxa de juros vigente era de 10% para o prazo de 10 anos. A empresa calcula a despesa de depreciação em função do tempo decorrido, tendo em vista que a máquina funciona sem qualquer interrupção. No início do prazo de utilização da máquina, o valor residual estimado para sua venda no final da vida útil era R\$ 3.750.000,00. Se a vida útil do equipamento para fins fiscais é definida em 8 anos, a despesa de depreciação evidenciada na demonstração do resultado de 2015 para esta máquina foi, em reais,

- (A) 562.500,00.
- (B) 625.000,00.
- (C) 437.500,00.
- (D) 487.500,00.
- (E) 675.000,00.

Comentários:

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo seu custo, o qual inclui todos os custos necessários para colocá-lo em condições de uso.

Conforme o Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) **quaisquer custos** diretamente atribuíveis **para colocar o ativo no local e condição necessárias** para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- (b) custos de preparação do local;
- (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);
- (d) custos de instalação e montagem;
- (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e
- (f) honorários profissionais.

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são:

- (a) custos de abertura de nova instalação;
- (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);
- (c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
- (d) custos administrativos e outros custos indiretos.

Esquematizemos:

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

Agora vamos resolver a nossa questão:

Valor de Custo	R\$ 12.500.000,00
Alteração da Estrutura	R\$ 1.000.000,00
Reestruturação (Valor Presente)	R\$ 1.500.000,00
Custo do Imobilizado	R\$ 15.000.000,00
Valor Residual	R\$ 3.750.000,00
Valor Depreciável	R\$ 11.250.000,00
Vida Útil	10
Despesa de Depreciação (6 meses)	R\$ 562.500,00

Gabarito → A

10) (FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal/2018) Em 01/12/2016 a empresa Rapidinha S.A. adquiriu a prazo, por R\$ 2.070.000,00, um lote de mercadorias para revenda. O prazo de pagamento era superior a 12 meses da data da compra e a taxa de juros praticada pelo fornecedor, para suas vendas a prazo, era 0,8% ao mês que equivale a 15% no prazo concedido à empresa

compradora. A empresa Rapidinha S.A. pagou, adicionalmente, os seguintes encargos para dispor das mercadorias em condições de venda:

- R\$ 80.000,00 de transporte para trazer a mercadoria da fábrica do fornecedor até seu depósito.
- R\$ 10.000,00 de seguro para o transporte das mercadorias até seu depósito.

Sabe-se que nos diversos gastos efetuados pela empresa para dispor das mercadorias estavam incluídos os seguintes impostos:

- R\$ 10.000,00 de impostos não recuperáveis
- R\$ 290.000,00 de impostos recuperáveis

A empresa Rapidinha S.A. não tinha estoque de mercadorias antes desta compra e, em dezembro de 2016, vendeu 80% destas mercadorias pelo valor bruto de R\$ 3.000.000,00. Sabendo-se que os impostos incidentes sobre estas vendas totalizaram R\$ 450.000,00, o impacto total no resultado de 2016 decorrente da compra das mercadorias e da venda de parte do lote comprado foi, em reais,

- (A) 1.270.000,00.
- (B) 1.327.600,00.
- (C) 894.000,00.
- (D) 1.054.000,00.
- (E) 1.255.600,00.

Comentários:

Segundo o texto do Pronunciamento CPC 16 (R1) – Estoques:

Custos do estoque

10. **O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.**

Custos de aquisição **(O item abaixo despensa em provas de concursos!)**

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. (NR) (Nova Redação dada pela Revisão CPC nº. 1, de 8/01/2010)

Assim, o custo de aquisição dos estoques compreende:

- 1) Preço de compra

- 2) Impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis). Os tributos recuperáveis são:
- Matéria prima: IPI, ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
 - Mercadorias para revenda: ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
- 3) Custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição.

Esquematizemos:

Custo do estoque inclui
Preço de compra
Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis)
Custo de transportes (Frete sobre compra)
Seguro
Manuseio
Custos diretamente atribuíveis
Não inclui
Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos)
Descontos comerciais
Abatimentos

Valor Futuro	R\$ 2.070.000,00
Taxa de Juros	0,15
Valor Presente	R\$ 1.800.000,00
Frete	R\$ 80.000,00
Seguro	R\$ 10.000,00
(-) Impostos Recuperáveis	(R\$ 290.000,00)
Custo do Estoque	R\$ 1.600.000,00

CMV (80% do Custo) R\$ 1.280.000,00

Receita Bruta	R\$ 3.000.000,00
(-) Impostos	-R\$ 450.000,00
(-) CMV	-R\$ 1.280.000,00
Resultado com Vendas	R\$ 1.270.000,00
Despesa Financeira	-R\$ 14.400,00
Resultado Total com vendas	R\$ 1.255.600,00

Gabarito → E

Com base nas informações a seguir responda as questões 11 e 12.

São apresentados a seguir os Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016, e a Demonstração do Resultado do ano de 2016 da empresa Comércio de Produtos Populares S.A. (valores expressos em reais):

Comércio de Produtos Populares S.A.					
Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016					
ATIVO	31/12/2015	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2016
Ativo circulante	822.000	1.544.400	Passivo circulante	966.000	1.757.520
Caixa e Equivalentes de Caixa	90.000	380.400	Fornecedores	396.000	512.400
Contas a Receber de Clientes	336.000	576.000	Empréstimos obtidos	540.000	1.164.000
Estoques para venda	396.000	508.000	Dividendos a pagar	30.000	49.920
Adiantamento a fornecedores	-	80.000	Imposto de Renda a pagar	-	31.200
Ativo não circulante	864.000	1.308.000	Patrimônio Líquido	720.000	1.094.880
Investimentos	84.000	216.000	Capital Social	600.000	900.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	120.000	194.880
Veículos	504.000	1.092.000			
Imóveis	276.000	-			
TOTAL DO ATIVO	1.686.000	2.852.400	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.686.000	2.852.400

Comércio de Produtos Populares S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2016 a 31/12/2016	
Receitas de Vendas	2.250.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(1.572.000)
(=) Resultado com Mercadorias	678.000
(-) Despesas Operacionais	
Depreciação	(72.000)
Despesas com vendas	(210.000)
Despesas administrativas	(300.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	36.000
(=) Resultado antes dos efeitos financeiros	132.000
(-) Despesas Financeiras	(60.000)
(=) Resultado após os efeitos financeiros	72.000
(=) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na Venda de Imóveis	84.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	156.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(31.200)
(=) Resultado Líquido	124.800

11) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018)** Considerando que as despesas financeiras não foram pagas em 2016, o fluxo de Caixa das Atividades Operacionais de 2016 foi, em reais,

- (A) 111.600,00 (negativo).
- (B) 123.600,00 (negativo).
- (C) 147.600,00 (negativo).
- (D) 207.600,00 (negativo).
- (E) 63.600,00 (negativo).

Comentários:

Para resolvermos essa questão, vamos utilizar o Método Indireto:

DFC - Método Indireto	
Lucro Líquido	R\$124.800,00
(+) Despesa de Depreciação	R\$72.000,00
(-) Lucro na Venda do Imóveis	-R\$84.000,00
(-) Resultado da Equivalência Patrimonial	-R\$36.000,00
(+) Despesa de Juros	R\$60.000,00
= Lucro Ajustado	R\$136.800,00
(-) Aumento de Duplicatas a Receber	- R\$240.000,00
(-) Aumento dos Estoques	R\$112.000,00
(-) Aumento de Adiantamento a Fornecedores	-R\$80.000,00
(+) Aumento de Fornecedores	R\$116.400,00
(+) Aumento do Imposto de Renda	R\$31.200,00
Fluxo Gerado pelas Atividades Operacionais	- R\$147.600,00

Gabarito → C

12) (FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018) Considere que os imóveis foram vendidos em 02/01/2016 e que durante o ano de 2016 a empresa não vendeu investimentos nem veículos, não liquidou qualquer empréstimo, não pagou as despesas financeiras e pagou os dividendos constantes do balanço de 31/12/2015.

Com base nestas informações, é correto afirmar que o fluxo de caixa das atividades de

- (A) investimento foi R\$ 324.000,00, negativo.
- (B) financiamento foi R\$ 864.000,00, positivo.
- (C) investimento foi R\$ 396.000,00, negativo.
- (D) financiamento foi R\$ 894.000,00, positivo.
- (E) investimento foi R\$ 480.000,00, negativo.

Comentários:

Vamos encontrar primeiro o fluxo de Investimentos, mas devemos ficar atentos com os “valores escondidos” da DFC, vejamos:

Fluxo de Investimentos:

Vejamos que a conta Investimentos passou de 84.000 para 216.000, então, podemos garantir que houve a aquisição de novos investimentos de $216.000 - 84.000 = 132.000$, certo? **ERRADO!!!** Precisamos entender que o resultado como equivalência patrimonial gera efeitos na conta de

Investimentos, portanto, temos que retirar o saldo de 36.000, ganho com MEP, dessa variação: $132.000 - 36.000 = 96.000$. **Ou seja, houve a aquisição de novos investimentos de 96.000.**

Agora vamos analisar a conta veículos. Aqui temos uma pequena “peculiaridade” da banca. Temos uma despesa de depreciação de 72.000 na DRE, mas não há uma conta de Depreciação Acumulada como contrapartida no balanço. O que aconteceu? **A banca apresentou o ativo pelo valor líquido**, isto é, valor histórico – depreciação acumulada. Não podemos considerar isso um erro, mas temos que ficar muito atentos.

O Saldo final de 1.092.000 é, na verdade, 1.164.000 de conta veículos e 72.000 de depreciação acumulada.

Variação da conta Veículos: $1.164.000 - 504.000 = 660.000$ **(aquisição de novos veículos).**

Por fim, houve a venda dos Imóveis, só que precisamos saber por quanto a operação foi realizada. O valor contábil era de 276.000 e houve Lucro na Venda (apresentado na DRE) de 84.000.

Assim sendo, a venda foi realizada por $276.000 + 84.000 = 360.000,00$

Fluxo de Atividade de Investimentos:

Aquisição de novos investimentos	(96.000)
Aquisição de novos veículos	(660.000)
Venda de Terrenos	360.000

Fluxo Consumido nas Atividades De Investimento (396.000)

Vamos analisar a conta de Empréstimos. A variação foi de $1.164.000 - 540.000 = 624.000$. Esse valor representa a entrada de caixa de novos empréstimos, não é mesmo? **ERRADO!!** Temos um detalhe importante: **as despesas financeiras!** Como elas não foram pagas, o saldo de Empréstimos foi “atualizado” pelas despesas financeiras. Isto é, quando a despesa financeira não é paga, o saldo de Empréstimos aumenta, mas não ocorreu entrada ou saída de caixa.

Portanto, a entrada de caixa, referente aos novos empréstimos foi: $624.000 - 60.000 = 564.000$.

Agora, vamos analisar a destinação do Lucro Líquido; esse saldo pode ter as seguintes destinações: **Reservas de Lucros, Dividendos ou Capital Social.**

Lucro Líquido: 124.800

Variação de Reservas de Lucros: 74.880

Destinação para dividendos a pagar: 49.920

Saldo do Lucro Líquido = 0

A questão fala que houve pagamento dos dividendos de 2015, isto é, R\$ 30.000,00 no período e foram destinados mais R\$ 49.920 para dividendos a pagar.

A questão não fala como que ocorreu o aumento de Capital Social, mas já percebemos que não foi com Lucro do Período, podemos garantir que foi em dinheiro e quanto foi esse aumento? Basta pegarmos a variação das contas: Saldo Final – Saldo Inicial = 900.000 – 600.000 = **R\$ 300.000,00**

Fluxo de Atividades de Financiamentos:

Aumento de Capital Social em dinheiro:	300.000,00
Novos Empréstimos	564.000,00
(-) Pagamento de Dividendos	(30.000,00)
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento	834.000,00

Gabarito→C

13) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018)** Uma empresa realizou, em 31/12/2016, um contrato de arrendamento mercantil de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 8 anos, a empresa pagará 8 parcelas anuais de R\$ 837.338,81, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2017, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 5.000.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 800.000,00. Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2017, decorrente da operação de arrendamento mercantil realizada foi, em reais,

- (A) 350.000,00.
- (B) 750.000,00.
- (C) 837.338,81.
- (D) 420.000,00.
- (E) 770.000,00.

Comentários:

O Arrendamento Mercantil Financeiro é, na verdade, uma compra de um ativo. Portanto, deve ser contabilizado no Imobilizado ou no Intangível, conforme a natureza do bem adquirido. A despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2017, decorrente da operação de arrendamento mercantil refere-se a despesa de depreciação do bem arrendado e a despesa financeira do arrendamento:

Valor original \$ 5.000.000,00

Valor residual (para cálculo da depreciação): \$ 800.000,00
Valor depreciável: \$5.000.000 - \$ 800.000 = \$ 4.200.000
Depreciação anual: \$ 4.200.000 / 10 anos = \$ 420.000
Despesa de juros: valor inicial x 7%
Despesa de juros em 2017 = \$ 5.000.000 x 7% = \$350.000
Total da despesa na Demonstração de resultado em 2017:
\$ 420.000 + \$ 350.000 = \$770.000

Gabarito→D

14) **(FCC/SEFAZ-GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2018)** Uma empresa adquiriu um imóvel de 20 andares e está utilizando apenas 3 andares para suas atividades administrativas. Por decisão da diretoria, os demais andares foram alugados para terceiros, por prazo determinado e sem possibilidade de venda, com o objetivo de gerar receita de aluguel, sendo que a empresa presta os serviços de manutenção, acesso e segurança para o edifício. Caso a empresa deseje, os andares podem ser comercializados separadamente e é possível identificar valor de mercado para cada andar. Com relação à contabilização do imóvel, é correto afirmar que:

- (A) O valor correspondente a três andares deve ser registrado como Ativo Imobilizado e os demais andares como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- (B) Os andares alugados devem ser tratados como arrendamento mercantil financeiro pela empresa.
- (C) Deve ser registrado inteiramente como Ativo Imobilizado.
- (D) Deve ser registrado inteiramente como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).
- (E) Todos os andares devem ser mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial.

Comentários:

Diferença Propriedade Para Investimento X Ativo Imobilizado

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) **para auferir aluguel** ou para valorização do capital ou para ambas.

Segundo o CPC 27 (ativo imobilizado):

Ativo imobilizado é o item tangível que:

- (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, **para aluguel a outros**, ou para fins administrativos; e
- (b) se espera utilizar por mais de um período.

Então, vamos esquematizar?

Propriedade para Investimento

- Terreno ou Imóvel
- Aluguel (aluguel é a finalidade), valorização ou ambos

Ativo Imobilizado

- Mantido para uso na produção, prestação de serviços, fins administrativos
- Aluguel a outros (quando aluguel é meio para conseguir fim)
- Se espera utilizar por mais de um período

As duas definições mencionam “aluguel”. Qual é a diferença entre elas? Ou seja, quando um imóvel alugado será classificado com “Propriedade para Investimento” e quando será considerado um “Imobilizado”?

A resposta está na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:

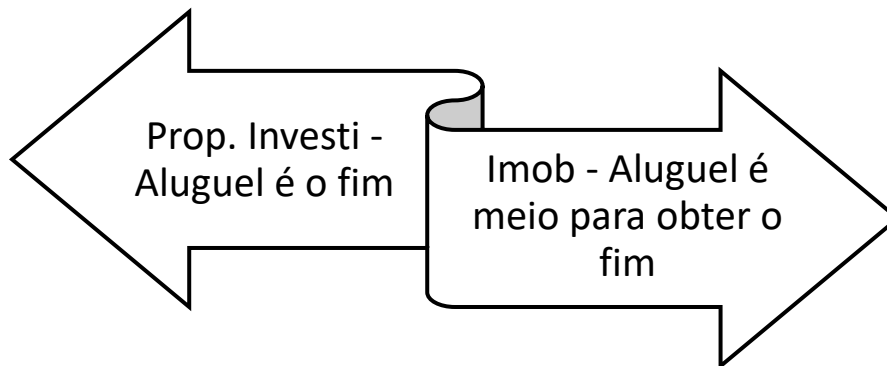
46. (...) No ativo imobilizado, a figura do **aluguel só pode existir** quando **estiver vinculado a ativo complementar na produção** ou no **fornecimento de bens ou serviços**. Por exemplo, uma fazenda pode ter residências alugadas a seus funcionários, uma extratora de minerais pode construir residências no meio da floresta também para alugar a seus funcionários, etc. Nesse caso, os ativos alugados são, na verdade, parte do imobilizado necessário ao atingimento da atividade-fim da entidade.

47. Se houver **investimento para obter renda por meio de aluguel**, em que este é o **objetivo final**, no qual o imóvel é um **investimento em si mesmo**, e não o complemento de outro investimento, aí se tem a caracterização não do ativo imobilizado, mas sim de propriedade para investimento. A propriedade para investimento, ao contrário do ativo alugado classificado no imobilizado, tem um fluxo de caixa específico e independente, ou seja, ele é o ativo principal gerador de benefícios econômicos, e não um acessório a outros ativos geradores desses benefícios.

Ou seja: se o aluguel estiver vinculado à atividade da empresa (residência na floresta para mineradores, casas na fazenda para os trabalhadores rurais, etc) é imobilizado.

Se o aluguel não estiver vinculado à atividade da empresa, e se destina apenas a gerar renda, então será classificado como propriedade para investimento.

Então, vamos esquematizar?



Agora vamos retornar à nossa questão! O enunciado diz que três andares são utilizados para as atividades administrativas da empresa, portanto, a classificação é no **Ativo Imobilizado**. Sobre o restante dos imóveis, o objetivo é de gerar receita de aluguel, não é complementar a atividade principal da empresa, portanto, a classificação é como **propriedade para investimentos**.

Assim sendo, o valor correspondente a três andares deve ser registrado como Ativo Imobilizado e os demais andares como Propriedade para investimentos (no grupo Investimentos).

Gabarito → A

15) (FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018) A Cia. das Viradas realizou, durante o mês de dezembro de 2017, as vendas nas condições apresentadas na tabela a seguir:

Data	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2017	1.020.000,00	01/12/2019
09/12/2017	870.000,00	À vista
27/12/2017	530.000,00	À vista
Total do mês	2.420.000,00	-

A taxa de juros compostos cobrada nas vendas a prazo é de 0,76% ao mês, que equivale a uma taxa de juros de 20% para o prazo total da venda ocorrida em 01/12/2017. Os efeitos evidenciados na Demonstração do Resultado do ano de 2017 da Cia. das Viradas, decorrentes especificamente das vendas efetuadas durante o mês de dezembro de 2017, foram

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.420.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 6.460,00.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 8.500,00.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 170.000,00.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.216.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 8.500,00.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 2.250.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 6.460,00.

Comentários:

Sabemos que as operações de longo prazo devem ser ajustadas a valor presente, por sua vez, as operações de curto prazo são ajustadas **quando houver efeito relevante**. Das vendas apresentadas, apenas a venda a prazo será ajustada a valor presente:

$$\text{Valor Presente}_{01/12/2017} = \frac{1.020.000}{1+0,20} = 850.000,00$$

Portanto, a Receita de Venda apurada foi de: $850.000 + 870.000 + 530.000 = \text{R\$ } 2.250.000,00$

Agora, a Receita Financeira! Só que temos que ter cuidado pois a questão quer saber os efeitos evidenciados **na Demonstração do Resultado do ano de 2017, ou seja, já temos que considerar a receita financeira referente a um mês**. A venda foi realizada em 01/12 e a DRE refere-se até a data de 31.12/2017.

$$\text{Receita Financeira} = 850.000 \times 0,76\% = \text{R\$ } 6460,00$$

Gabarito→E

16) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Cia. das Caixas é uma empresa comercial e apresentava as seguintes demonstrações contábeis, com valores em reais:

Balanco Patrimonial

Ativo	31/12/16	31/12/17	Passivo	31/12/16	31/12/17
Ativo Circulante	245.000	655.000	Passivo Circulante	92.000	183.000
Caixa e Equivalentes	140.000	500.000	Fornecedores	32.000	82.000
Duplicatas a Receber	60.000	130.000	Adiantamentos de Clientes	60.000	35.000
Estoques	35.000	20.000	Dividendos a Pagar	-	66.000
Seguros pagos antecipadamente	10.000	5.000			
			Passivo Não Circulante	193.000	218.000
Ativo Não Circulante	290.000	150.000	Empréstimos	193.000	218.000
Imobilizado					
Terreno	120.000	-	Patrimônio Líquido	250.000	404.000
Máquinas	200.000	200.000	Capital Social	250.000	250.000
Depreciação Acumulada	(30.000)	(50.000)	Reservas de Lucros	-	154.000
Total do Ativo	535.000	805.000	Total do Passivo + PL	535.000	805.000

Demonstração do Resultado
01/01/2017 a 31/12/2017

Receita Bruta de Vendas	750.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(380.000)
(=) Lucro Bruto	370.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesas de Salários	(70.000)
Despesas de Seguros	(15.000)
Despesas de depreciação	(20.000)
(+) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do Terreno	32.000
(=) Lucro antes do resultado financeiro	297.000
(-) Despesa financeira (juros)	(25.000)
(=) Lucro antes do IR e CSLL	272.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(52.000)
(=) Lucro Líquido	220.000

Sabendo-se que a despesa financeira não foi paga e que o terreno foi vendido à vista, o fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais gerado no ano de 2017 foi, em reais,

- (A) 208.000,00
- (B) 240.000,00
- (C) 274.000,00
- (D) 233.000,00
- (E) 213.000,00

Comentários:

Pessoal, questão padrão FCC de Demonstração dos Fluxos de Caixa, não podemos perder. Vamos fazer pelo **método indireto**:

DFC - Método Indireto	
Lucro Líquido	R\$ 220.000,00
(+) Despesa de Depreciação	R\$ 20.000,00
(-) Lucro na Venda do Terreno	-R\$ 32.000,00
(+) Despesa de Juros	R\$ 25.000,00
= Lucro Ajustado	R\$ 233.000,00

(-) Aumento de Duplicatas a Receber	-R\$ 70.000,00
(+) Diminuição dos Estoques	R\$ 15.000,00
(+) Diminuição dos Seguros Pagos Antecipadamente	R\$ 5.000,00
(+) Aumento de Fornecedores	R\$ 50.000,00
(-) Diminuição de Adiantamento de Clientes	-R\$ 25.000,00
Fluxo Gerado pelas Atividades Operacionais	R\$ 208.000,00

Gabarito → A

17) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Cia. Brasileira apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017, na conta Provisões, o valor de R\$ 580.000,00, composto dos seguintes valores:

Processos	Saldo em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 250.000,00
Fiscal	R\$ 330.000,00

Em 30/06/2018, a Cia. obteve as seguintes informações relacionadas aos diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 30/06/2018	Valor estimado em 30/06/2018 para as perdas
Trabalhista	Provável	R\$ 220.000,00
Fiscal	Provável	R\$ 320.000,00
Ambiental (novo)	Provável	R\$ 300.000,00
Trabalhista II (novo)	Possível	R\$ 120.000,00

O impacto que a Cia. Brasileira reconheceu na Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2018, referente às Provisões, foi, em reais,

- (A) 300.000,00, negativo.
- (B) 260.000,00, negativo.
- (C) 420.000,00, negativo.
- (D) 380.000,00, negativo.
- (E) 40.000,00, positivo.

Comentários:

Temos três possíveis situações:

- 1) Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- 2) Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa – **Passivo contingente divulgado**.
- 3) Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado – **Passivo contingente não divulgado**.

A grande dificuldade reside na avaliação da possibilidade de saída de recursos. Uma vez estabelecido que a saída é provável, possível ou remota, fica simples estabelecer o correto tratamento contábil.

Para gravar:

Se a saída de recursos for:

Provável: contabiliza e divulga.

Possível: não contabiliza, mas divulga.

Remota: não contabiliza e nem divulga.

Feitas essas considerações, vamos resolver a nossa questão.

Trabalhista: classificação **provável**, continua provisionando, mas revertemos a diferença: $250.000 - 220.000 = \text{R\$ } 30.000 \text{ (receita)}$

Fiscal: classificação também **provável**, continua provisionando, mas revertemos a diferença: $330.000 - 320.000 = \text{R\$ } 10.000 \text{ (receita)}$.

Ambiental (novo) = perda provável, constitui provisão de R\$ 300.000 (despesa)

Trabalhista II: classificação **possível**, não provisiona, trata-se de um Passivo Contingente, evidenciado em Notas Explicativas.

Efeito no resultado = $30.000 + 10.000 - 300.000 = \text{(260.000), negativo}$.

Gabarito → B

18) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Cia. Metais Pesados possuía, em 31/12/2017, uma patente com vida útil indefinida, a qual estava contabilizada por R\$ 730.000,00, composto dos seguintes valores:

– Custo de aquisição: R\$ 880.000,00

– Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Metais Pesados, em dezembro em de 2017,

(A) não alterou o valor contábil da Patente.

- (B) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 210.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 60.000,00.

Comentários:

Sabemos que o Ativo Intangível com vida útil não é amortizado, pois não temos uma base sistemática para alocação da amortização. Ele é submetido ao Teste de Recuperabilidade.

- Valor em uso da patente: R\$ 940.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente: R\$ 670.000,00.
- **Valor Recuperável (maior) = R\$ 940.000,00**

Agora vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2016): R\$ 150.000,00

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil e muitos vão pensar que, por prudência, o valor apresentado no balanço continua sendo o menor, isto é, R\$ 730.000. Só que essa questão apresenta um detalhe muito importante: temos perda por recuperabilidade registrada de exercícios anteriores, conforme prevê o CPC 01, ela deverá ser revertida até o valor contábil que o bem possuía, antes de qualquer perda ser reconhecida.

Portanto, devemos reconhecer a reversão da perda por recuperabilidade (receita):

- D - Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)
- C – Receita com Reversão de Perda por recuperabilidade R\$ 150.000,00

Gabarito → D

19) (FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018) A empresa Dinheiro & Cia. realizou 3 aplicações financeiras em 01/12/2017 e as características de cada uma delas são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2017 (R\$)
500.000,00	01/12/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1%a.m.	503.000,00
400.000,00	01/05/2019	Mensuração ao custo amortizado	2%a.m.	406.000,00
300.000,00	30/09/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5%a.m.	305.000,00

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2017, e o efeito total apresentado na Demonstração do Resultado de 2017, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.214.000,00 e 14.000,00
- (B) 1.217.500,00 e 17.500,00
- (C) 1.216.000,00 e 18.000,00
- (D) 1.214.000,00 e 16.000,00
- (E) 1.216.000,00 e 16.000,00

Comentários:

Questão de CPC 48, galera, a FCC já está cobrando esse novo Pronunciamento Técnico, vejam:

Valor Aplicado (R\$)	Data de Vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de Juros	Valor Justo em 31.12.2017	Custo Amortizado (Valor Aplicado + Juros)	Avaliação a Valor Justo	Valor Apresentado no Balanço
R\$ 500.000,00	01/12/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1% a.m	R\$ 503.000,00	R\$ 505.000,00	Sim	R\$ 503.000,00
R\$ 400.000,00	01/05/2019	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m	R\$ 406.000,00	R\$ 408.000,00	Não	R\$ 408.000,00
R\$ 300.000,00	30/09/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5% a.m	R\$ 305.000,00	R\$ 304.500,00	Sim	R\$ 305.000,00
						Total	R\$ 1.216.000,00

Portanto, o valor apresentado no balanço, referente aos instrumentos financeiros será: R\$ 1.216.000,00

Agora vamos analisar o efeito no resultado.

Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O que vai para o resultado é apenas o rendimento financeiro da aplicação, a variação a valor justo será contabilizada diretamente no PL como **Outros resultados abrangentes: $500.000 \times 5\% = R\$ 5.000,00$.**

Mensuração ao custo amortizado

O que vai para o resultado é apenas o rendimento financeiro da aplicação também: **$400.000 \times 2\% = R\$ 8.000,00$**

Mensuração ao valor justo por meio do resultado

Pessoal, o custo amortizado desse instrumento financeiro é de R\$ 304.500 e seu valor justo é de R\$ 305.000, o que vai para o resultado é o rendimento + a variação da “curva do papel”, a valor justo, :
 $4.500 + 500 = \text{R\$ } 5.000,00$

Efeito no Resultado = $5.000 + 8.000 + 5.000 = \text{R\$ } 18.000,00$

Gabarito → C

20) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** Em 31/12/2015, a Cia. dos Esportes adquiriu um equipamento por R\$ 320.000,00 à vista. Estimou que a vida útil econômica era 6 anos e o valor residual esperado era R\$ 20.000,00. Em 01/01/2017, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente do equipamento para 4 anos e o valor residual para R\$ 10.000,00. Em 31/12/2017, a Cia. dos Esportes resolveu trocar o equipamento e o vendeu por R\$ 200.000,00, à vista. O resultado obtido pela Cia. dos Esportes com a venda do equipamento foi

- (A) prejuízo no valor de R\$ 120.000,00.
- (B) prejuízo no valor de R\$ 5.000,00.
- (C) lucro no valor de R\$ 5.000,00.
- (D) lucro no valor de R\$ 4.000,00.
- (E) lucro no valor de R\$ 14.000,00

Comentários:

O CPC 27 – Ativo Imobilizado afirma que a o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Foi o que aconteceu nessa questão. A vida útil e o valor residual foram alterados.

Valor Depreciável = $320.000 - 20.000 = 300.000$

Vida Útil = 6 anos Depreciação Anual = $300.000/6 = \text{R\$ } 50.000$

Tempo de uso até a reestimativa = 1 ano

Depreciação Acumulada = $1 \times 50.000 = \text{R\$ } 50.000$

Valor Contábil 01.01.2017 = $320.000 - 50.000 = 270.000$

Agora, temos de calcular a depreciação, com a nova vida útil e o novo valor residual, mas usando o valor contábil atual: 270.000

Valor Depreciável = $270.000 - 10.000 = 260.000$

Vida Útil = 4 anos Depreciação Anual = $260.000/4 = \text{R\$ } 65.000$

Depreciação Acumulada 31.12.2017 = $\text{R\$ } 50.000 + 65.000 = \text{R\$ } 115.000$

Valor Contábil 31.12.2017 = $270.000 - 115.000 = 155.000,00$

A venda foi feita por 200.000, portanto, houve uma perda de $200.000 - 155.000 = (45.000)$

Gabarito → B

21) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Cia. Azul produz um único produto e para produzir integralmente 5.000 unidades incorreu nos seguintes gastos durante o mês de junho de 2018:

Custos fixos: R\$ 50.000,00

Custos variáveis:

– Matéria-prima: R\$ 21,00/unidade

– Mão de obra direta: R\$ 4,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 25.000,00

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a venda: 12% da receita bruta de vendas

Sabendo que a Cia. Azul utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção de junho de 2018 foi, em reais,

(A) 25,00

(B) 49,00

(C) 35,00

(D) 40,00

(E) 64,00.

Comentários:

Custo fixo unitário: R\$ 50.000,00 / 5.000 = R\$ 10,00/unidade.

Custos variáveis:

– Matéria-prima: R\$ 21,00/unidade

– Mão de obra direta: R\$ 4,00/unidade

Custo Unitário de Produção = 10 + 21 + 4 = R\$ 35,00

Gabarito → C

22) **(FCC/CLDF/Consultor Legislativo/2018)** A Só Zebra S.A. é uma empresa industrial e produz um único produto. Durante o mês de junho de 2018 incorreu nos seguintes gastos:

Mão de obra direta	R\$ 80.000,00
Energia elétrica (fábrica)	R\$ 23.000,00
Aluguel (administração)	R\$ 15.000,00
Salário do supervisor da fábrica	R\$ 25.000,00
Comissões de vendedores	R\$ 12.000,00

Compra de matéria-prima R\$ 220.000,00
Depreciação das máquinas e equipamentos (fábrica) R\$ 40.000,00

O estoque inicial de matéria-prima, em 31/05/2018, era R\$ 30.000,00 e o estoque final, em 30/06/2018, era R\$37.000,00. O estoque inicial de produtos em processo, em 31/05/2018, era R\$ 44.000,00 e o estoque final, em 30/06/2018, era R\$ 18.000,00.

O custo da produção acabada no período utilizando o custeio por absorção foi, em reais,

- (A) 407.000,00
- (B) 414.000,00
- (C) 381.000,00
- (D) 422.000,00
- (E) 434.000,00.

Comentários:

Vamos usar nossa fórmula universal para resolvermos essa questão:

Saldo Inicial + Entradas – Saídas = Estoque Final.

Vamos começar pela matéria-prima:

Saldo Inicial + Entradas – Saídas = Estoque Final.

$$30.000 + 220.000 - \text{Saídas} = 37.000$$

$$\text{Saídas} = \text{Consumo de Matéria Prima} = \text{R\$ } 213.000,00$$

Agora vamos para produtos em processo:

$$44.000 + 80.000 (\text{MOD}) + 23.000 (\text{Energia}) + 40.000 (\text{Depreciação}) + 213.000 (\text{MP}) + 25.000 (\text{salário do supervisor}) - \text{Saídas} = 18.000$$

$$\text{Saídas} = \text{Custo de Produção Acabada} = 407.000$$

Gabarito → A

23) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) O Patrimônio Líquido da Cia. Floresta, em 31/12/2016, era composto pelas seguintes contas:

- Capital Social: R\$ 800.000,00
- Reserva Legal: R\$ 150.000,00
- Reserva Estatutária: R\$ 100.000,00

No ano de 2017, o lucro líquido apurado pela Cia. Floresta foi R\$ 300.000,00 e o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

- Dividendos mínimos obrigatórios: 40% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei.

– Retenção de Lucros: saldo remanescente.

Do lucro líquido apurado, R\$ 60.000,00 foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela empresa e, para não tributar este ganho, a Cia. Floresta reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei no 6.404/76. A Reserva Legal é constituída nos termos da mesma Lei.

Com base nestas informações, a Cia. Floresta

- (A) reteve na forma de reserva legal R\$ 15.000,00.
- (B) distribuiu como dividendos mínimos obrigatórios R\$ 116.000,00.
- (C) reteve na forma de retenção de lucros R\$ 114.000,00.
- (D) distribuiu como dividendos mínimos obrigatórios R\$ 90.000,00.
- (E) reteve na forma de retenção de lucros R\$ 138.000,00.

Comentários:

A Reserva Legal tem dois limites: obrigatório, de 20% do Capital Integralizado; e limite facultativo, quando o saldo da Reserva Legal mais as Reservas de Capital ultrapassar 30% do Capital Social.

Capital Social \$800.000 x 20% = \$160.000 (limite da Reserva Legal).

Constituição da Reserva Legal: \$160.000 - \$ 150.000 = \$10.000

Cálculo dos dividendos:

Lucro	300.000
Reserva Legal	(10.000)
Reserva de Incentivos Fiscais	(60.000)
Base para dividendos	230.000
Dividendos (40%)	(92.000)
Retenção de lucro	138.000

Gabarito → E

24) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. Comercial Corujão adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

- Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 420.000,00
- Valor total do seguro para transporte dos produtos adquiridos até a empresa: R\$ 10.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis:	R\$ 52.000,00
– Tributos não recuperáveis:	R\$ 23.000,00

A Cia. Comercial Corujão revendeu todos os produtos adquiridos por R\$ 800.000,00, concedendo 5% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 92.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 8.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 12.000,00.

Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Corujão, em relação à transação realizada foi, em reais,

- (A) 278.000,00
- (B) 290.000,00
- (C) 270.000,00
- (D) 261.000,00
- (E) 382.000,00

Comentários:

Lucro Bruto = Receita Líquida de Vendas – CMV

Custo do Estoque = 420.000 + 10.000 – 52.000 = 378.000

Como todas as mercadorias foram vendidas, esse valor também será o CMV.

Agora vamos apurar a Receita Líquida:

Receita Bruta	R\$ 800.000,00,
(-) Desconto Incondicional	(R\$ 40.000,00)
(-) ICMS	(R\$ 92.000,00)
= Receita Líquida	R\$ 668.000,00
(-) CMV	(R\$ 378.000,00)
Lucro Bruto	R\$ 290.000,00

Gabarito → B

25) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** A empresa comercial Só Pastilhas S.A. apresentou as seguintes informações referentes ao ano de 2017, com os valores expressos em reais:

Receita Bruta de Vendas	2.000.000
(-) Impostos sobre Vendas	(360.000)
(=) Receita Líquida	1.640.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(740.000)
(=) Lucro Bruto	900.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesa de Depreciação	(80.000)
Despesa com Salários	(40.000)
(+) Receita Financeira	15.000
(=) Lucro antes do IR e CSLL	795.000
(-) IR e CSLL	(115.000)
(=) Lucro Líquido	680.000

O valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos comercializados no ano de 2017 foi R\$ 110.000,00. Com base nessas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa comercial Só Pastilhas S.A. no ano de 2017 foi, em reais,

- (A) 1.195.000,00
- (B) 1.150.000,00
- (C) 1.085.000,00
- (D) 1.070.000,00
- (E) 1.260.000,00

Comentários:

Vamos calcular da forma mais rápida, pela parte de baixo da DVA, porque o Valor Adicionado a Distribuir é numericamente igual à Distribuição do Valor Adicionado. Esse tipo de análise pode economizar bastante tempo em provas:

Lucro Líquido	680.000,00
IR e CSLL	115.000,00
Despesa com salários	40.000,00
Impostos (360.000 - 110.000)	250.000,00
Distribuição do Valor Adicionado	1.085.000,00

Letra C. Podemos calcular pela parte de cima da DVA, também:

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	
Receita de Vendas	R\$ 2.000.000,00
Insumos de Terceiros (740.000 + 110.000)	-R\$ 850.000,00
Valor Adicionado Bruto	R\$ 1.150.000,00

Retenção	-R\$ 80.000,00
Valor Adicionado líquido prod. Entidade	R\$ 1.070.000,00
Valor Adicionado recebido em transferência (receita financeira)	R\$ 15.000
Valor Adicionado total a distribuir	R\$ 1.085.000.00

Os impostos recuperáveis devem ser somados ao Custo das Mercadorias Vendidas, para compor os Insumos de Terceiros. Assim, somamos os valores de \$740.000 (CMV) e \$110.000 (Impostos Recuperáveis).

Bizu FCC = Valor Adicionado a Distribuir = Distribuição do Valor Adicionado

Gabarito → C

26) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) Considere as seguintes informações obtidas a partir das demonstrações contábeis da Cia. Copa e da Cia. Campeã:

Informação	Cia. Copa	Cia. Campeã
Passivo circulante	R\$ 12.000,00	R\$ 9.000,00
Índice de Liquidez corrente	1,5	2,0
Composição do endividamento	60%	40%
Grau de endividamento (em relação aos recursos totais)	80%	80%
Retorno sobre o PL	20%	18%

Com base nessas informações, a Cia.

- (A) Campeã apresenta maior ativo circulante.
- (B) Copa apresenta maior montante de recursos de terceiros.
- (C) Copa apresenta maior passivo não circulante.
- (D) Campeã apresenta maior patrimônio líquido.
- (E) Copa apurou maior lucro líquido.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

- (A) Campeã apresenta maior ativo circulante.

Vamos encontrar o Ativo Circulante das empresas através do Índice de Liquidez Corrente:

$$LC_{Copa} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante} = AC / 12.000 = 1,5 \rightarrow AC = 18.000$$

$$LC_{Campeã} = AC / 9.000 = 2,0 \rightarrow AC = 18.000$$

Assertiva errada, pois o Ativo Circulante das empresas é igual.

(B) Copa apresenta maior montante de recursos de terceiros.

Vamos usar o índice de composição de endividamento para chegarmos ao montante de recursos de terceiros das empresas.

Composição do endividamento (CE): Passivo circulante/Passivo Exigível Total

$$CE_{Copa} = 12.000 / \text{Passivo Exigível} = 0,6 \rightarrow \text{Passivo Exigível} = 12.000 / 0,6 = 20.000,00$$

$$CE_{Campeã} = 9.000 / \text{Passivo Exigível} = 0,4 \rightarrow \text{Passivo Exigível} = 9.000 / 0,4 = 22.500,00$$

Assertiva errada, pois a Cia Campeã apresenta maior montante de recursos de terceiros.

(C) Copa apresenta maior passivo não circulante.

No item anterior calculamos o valor de Passivo Exigível Total e a questão já nos forneceu o Passivo Circulante das duas empresas. Agora vamos encontrar o Passivo Não Circulante.

$$PNC_{Copa} = 20.000 - 12.000 = R\$ 8.000,00$$

$$PNC_{Campeã} = 22.500 - 9.000 = R\$ 13.500,00$$

Assertiva errada, pois a Cia Campeã apresenta maior passivo não circulante.

(D) Campeã apresenta maior patrimônio líquido.

Podemos encontrar o Patrimônio Líquido com o Grau de Endividamento, vejamos:

Grau de endividamento (GA): Passivo total/Ativo total

$$GA_{Copa} = \text{Passivo total} / \text{Ativo total} = 20.000,00 / \text{Ativo} = 0,80 \rightarrow \text{Ativo} = 20.000 / 0,8 = 25.000$$

Como o Ativo e o Passivo, encontramos o PL pela diferença = $25.000 - 20.000 = \text{R\$ } 5.000,00$

GA: Campeã Passivo total/Ativo total = $22.500,00/28.125 = 0,80 \rightarrow$ Ativo = $22.500/0,8 = \text{R\$ } 28.125$
Patrimônio Líquido = $28.125 - 22.500 = \text{R\$ } 5.625,00$

Assertiva correta, pois a Cia Campeã apresenta maior Patrimônio Líquido do que a Cia. Copa.

(E) Copa apurou maior lucro líquido.

Vamos usar o Retorno do Sobre o PL para encontrarmos o Lucro Líquido das duas empresas

RPL = Lucro Líquido/PL

RPL Copa = $LL/5.000 = 0,20 = \text{R\$ } 1.000$

RPL Campeã = $LL/5.625 = 0,18 = \text{R\$ } 1.012,50$

Assertiva errada, pois a Cia Campeã apresenta maior Lucro Líquido.

Gabarito → D

27) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. Transparente publicou os Balanços Patrimoniais em 31/12/2016 e 31/12/2017, e a Demonstração do Resultado para o ano 2017, os quais estão apresentados a seguir:

Cia. Transparente
Balancos Patrimoniais em 31/12/2016 e 31/12/2017 (valores em reais)

ATIVO	31/12/16	31/12/17	PASSIVO	31/12/16	31/12/17
Ativo circulante	210.000	314.000	Passivo circulante	125.000	239.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.000	124.000	Fornecedores	75.000	45.000
Clientes	70.000	130.000	Dividendos a Pagar	-	55.000
Estoques	90.000	40.000	Empréstimos	50.000	122.000
Despesas antecipadas	-	20.000	Impostos a Pagar	-	17.000
Ativo não circulante	195.000	371.000	Patrimônio Líquido	280.000	446.000
Investimentos	30.000	40.000	Capital	260.000	260.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	20.000	186.000
Máquinas e Equipamentos	200.000	400.000			
Depreciação Acumulada	(35.000)	(69.000)			
TOTAL DO ATIVO	405.000	685.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	405.000	685.000

Cia. Transparente
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 (valores em reais)

Receitas de Vendas	850.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(420.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	430.000
(-) Despesas Operacionais	
- Depreciação	(34.000)
- Outras Despesas Operacionais	<u>(146.000)</u>
(+) Outras Receitas e Despesas	
- Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>10.000</u>
(+) Resultado antes dos Efeitos Financeiros	260.000
(-) Despesas Financeiras	<u>(12.000)</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	248.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(27.000)
(=) Resultado Líquido	221.000

Durante o ano de 2017 a empresa não liquidou nenhum empréstimo e não pagou as despesas financeiras incorridas. O valor correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais é, em reais,

- (A) 214.000,00
- (B) 212.000,00
- (C) 224.000,00
- (D) 244.000,00
- (E) 269.000,00

Comentários:

Fluxo operacional

Lucro líquido do exercício	221.000,00
Ajustes da DRE	
+ Despesa financeira	12.000,00
+ Depreciação	34.000,00
- Lucro do MEP	(10.000,00)
Lucro ajustado	257.000,00

Ajuste das contas patrimoniais	
- Aumento de Clientes	(60.000,00)
+ Diminuição de Estoques	50.000,00
- Aumento de Despesas Antecipadas	(20.000,00)
- Diminuição de Fornecedores	(30.000,00)
+ Aumento de impostos a pagar	17.000,00
Fluxo operacional	214.000,00

Gabarito → A

28) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

- (A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.
- (B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.
- (D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

Comentários:

Aplicação direta do Teste de Recuperabilidade – CPC 01:

Valor Contábil $_{31/12/2015} = 30.000.000 - \text{Amortização Acumulada}$
Despesa de Amortização $_{2015} = 30.000.000/15 = \text{R\$ } 2.000.000$
Valor Contábil $_{31/12/2015} = 30.000.000 - 2.000.000 = \text{R\$ } 28.000.000$

Agora vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

– Valor em uso da tecnologia	R\$ 25.700.000,00.
– Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia	R\$ 24.000.000,00.
- Valor Recuperável (MAIOR)	R\$ 25.700.000,00.

Percebam que o valor contábil da tecnologia é R\$ 28.000.000, mas o valor Recuperável é R\$ 25.700.000,00, portanto, a empresa deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de $28.000.000 - 25.700.000 = R\$ 2.300.000$

Gabarito→A

29) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** Em 31/12/2016, uma empresa realizou vendas totais no valor de R\$ 1.075.000,00, sendo que R\$ 500.000,00 foram vendidos à vista e o saldo remanescente será recebido integralmente após 15 meses. A empresa praticava a taxa de juros de 11,83% ao ano para as suas vendas a prazo, que equivale a uma taxa de 15% no prazo de 15 meses.

Em relação às vendas efetuadas em 31/12/2016, a empresa reconheceu Receita de Vendas no valor de

- (A) R\$ 1.075.000,00 no resultado do ano de 2016, apenas.
- (B) R\$ 500.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 575.000,00 no resultado do ano de 2017.
- (C) R\$ 1.000.000,00 no resultado do ano de 2016 e Receita Financeira no valor de R\$ 59.150,00 no resultado do ano de 2017.
- (D) R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2016 e Receita de Vendas no valor de R\$ 537.500,00 no resultado do ano de 2017.
- (E) R\$ 1.000.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 75.000,00, ambas no resultado do ano de 2016.

Comentários:

Questão que trata do ajuste a valor presente! A venda recebida à vista, R\$ 500.000, não precisa ser ajustada, apenas a venda a prazo: $1.075.000,00 - 500.000,00 = 575.000,00$

Essa venda será recebida em 15 meses e a taxa de desconto para o período é de 15%:

$$\text{Valor Presente} = \frac{\text{Valor Futuro}}{1 + \text{taxa de desconto}} = \frac{575.000}{1,15} = 500.000$$

A contabilização dessa venda será, de acordo com o CPC 12:

D – Bancos	500.000,00
D – Clientes	575.000,00
C – AVP de Clientes (retificadora do ativo)	75.000,00
C – Receita de Vendas	1.000.000,00

Portanto, o nosso gabarito é a alternativa “A”, reconhecemos apenas a receita de vendas no resultado. A receita financeira será reconhecida no exercício seguinte.

Gabarito → A

30) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) As Demonstrações dos Resultados do ano de 2016 das empresas Dominadora S.A. e Submissa S.A. estão apresentadas a seguir:

Demonstrações dos resultados de 2016 (Valores em R\$)

Descrição das contas	Dominadora S.A.	Submissa S.A.
Receitas de Vendas	15.000	9.000
(-) Custo da Mercadoria Vendida	(9.000)	(5.400)
(=) Resultado Bruto com Vendas	6.000	3.600
(-) Despesas gerais	(1.500)	(3.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	240	-
(=) Resultado Líquido	4.740	600

As seguintes informações são conhecidas:

- I. A empresa Dominadora S.A. detém 100% do capital da empresa Submissa S.A.
- II. A empresa Submissa S.A. efetuou uma venda no valor de R\$ 3.000,00 para a empresa Dominadora S.A., sendo que o Custo dos Produtos Vendidos foi R\$ 2.100,00. Desta forma, a margem bruta nesta venda foi 30%.
- III. A empresa Dominadora S.A. ainda mantém em estoque o valor de R\$ 1.200,00 das compras que fez da empresa Submissa S.A.

O Resultado Bruto com Vendas e o Resultado Líquido evidenciados na demonstração consolidada dos resultados do ano de 2016 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 9.240,00 e 4.740,00
- (B) 9.600,00 e 4.740,00

- (C) 9.600,00 e 5.100,00
- (D) 8.700,00 e 4.200,00
- (E) 9.240,00 e 5.100,00

Comentários:

Pessoal, essa questão foi, de certa forma, uma surpresa, nessa prova: **Consolidação de Demonstrações Contábeis é um dos temas mais complexos da Contabilidade.**

A ideia básica da consolidação das demonstrações contábeis é apresentar as demonstrações contábeis da controladora e suas controladas como se fossem uma unidade econômica. Os procedimentos básicos de consolidação são:

Procedimentos de consolidação

B86. Demonstrações consolidadas devem:

- (a) **combinar itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas** e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas;
- (b) compensar **(eliminar) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada** (o Pronunciamento Técnico CPC 15 explica como contabilizar qualquer ágio correspondente);
- (c) **eliminar integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo** relacionados a transações entre entidades do grupo (resultados decorrentes de transações intragrupo que sejam reconhecidos em ativos, tais como estoques e ativos fixos, são eliminados integralmente). Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

Tenha em mente o seguinte: para a consolidação das demonstrações, **as operações entre controladoras e controladas devem ser TOTALMENTE ELIMINADAS**, pois, para o grupo, essas operações não ocorreram, concordam?

A questão fala que a empresa Dominadora S.A. ainda mantém em estoque o valor de 1.200,00 das compras de 3.000 que fez da empresa Submissa S.A. Ou seja, $1.200/3.000 = 40\%$ do estoque adquirido da controlada ainda estão em poder da controladora e temos que eliminar esse lucro não realizado:

Cálculo do Lucro nos Estoques:

Estoques adquiridos da Controlada	3.000
(-) Estoque Vendidos a Terceiros	(1.800)
Saldo em Estoque	1.200
(-) Lucro Não Realizado no Estoque (vamos usar a margem de Lucro de 30%) = 1.200 x 0,30 =360	
Estoque remanescente excluindo-se o lucro	840

Contabilização da Eliminação:

D – Receita	3.000
C – CMV	2.600 (diferença entre a venda e lucro não realizado no estoque)
C – Estoque	360

A consolidação da Demonstração do Resultado ficou assim:

Descrição das contas	Saldos da DRE		Eliminações e Ajustes		Saldos Consolidados
	Dominadora S.A.	Submissa S.A.	Ajuste Débito	Ajuste Crédito	
Receitas de Vendas	15.000	9.000	-3000 (a)		21.000
(-) Custo da Mercadoria Vendida	-9.000	-5.400		2640 (b)	-11.760
(=) Resultado Bruto com Vendas	6.000	3.600			9.240
(-) Despesas gerais	-1.500	-3.000			-4.500
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	240	0	240 (c)		0
(=) Resultado Líquido	4.740	600	600		4.740

Ajustes e Eliminações:

a) Venda de 3.000 da Controlada para Controladora

b) CMV de 2.100 + 540 do Lucro Não Realizado = R\$ 2.640

c) O ganho com MEP também deve ser eliminado na consolidação, pois para o grupo, esse resultado não ocorreu.

Gabarito → A

31) **(FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018)** No dia 01/12/2015, uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 20.000.000,00. O prazo do empréstimo se encerrará em 01/12/2025, data em que a empresa deverá pagar integralmente o valor do principal. Os juros deverão ser pagos semestralmente com a primeira parcela vencendo em 01/06/2016 e a taxa de juros compostos negociada foi 1,5% ao mês. O valor das parcelas semestrais de juros é R\$ 1.868.865,28 e a empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato no valor de R\$ 500.000,00. A taxa de custo efetivo da operação foi 1,5442% ao mês.

O valor contábil do empréstimo que foi apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2015 e o valor total dos encargos financeiros evidenciados no resultado de 2015, referentes ao empréstimo obtido, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 20.300.000,00 e 800.000,00
- (B) 20.083.840,00 e 808.840,00
- (C) 17.932.253,72 e 301.119,00
- (D) 20.311.477,55 e 811.477,55
- (E) 19.801.119,00 e 301.119,00

Comentários:

Pessoal, essa questão pode assustar um pouco e você já entra em desespero achando que vai ter que fazer uma tabela gigantes de amortização de empréstimos. Mas com o nosso passo a passo, vamos resolver a questão mais rapidamente.

Passo 1: Quanto entrou no caixa relativo ao empréstimo?

$$20.000.000 - 500.000 = 19.500.000$$

Isso é o que chamamos de captação líquida dos empréstimos.

Passo 2: Qual o valor dos encargos na primeira parcela?

Devemos utilizar a taxa efetiva. É só pegar o valor da captação líquida e multiplicar pela taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é composta pelos juros + encargos financeiros e custos da transação.

$$19.500.000 \times 1,5442\% = \text{R\$ } 301.119,00$$

Passo 3: O valor do empréstimo em 31.12.2015 é a soma da captação líquida + encargos devidos.

$$19.500.000 + \text{R\$ } 301.119,00 = \text{R\$ } 19.801.119,00$$

Gabarito → E

32) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A empresa American Products Corporation atua nos Estados Unidos da América e sua moeda funcional é o dólar americano. Esta empresa é controlada da empresa brasileira Brasil Importados S.A., cuja moeda funcional é o Real. O Balanço Patrimonial da empresa American Products Corporation, em

31/12/2016, apresentava os seguintes saldos nas diversas contas, com os valores expressos em dólar americano:

American Products Corporation – Balanço Patrimonial em 31/12/2016

ATIVO	US\$	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	US\$
Ativo circulante	<u>5.200</u>	Passivo circulante	<u>6.000</u>
Caixa e Equivalentes	1.000	Fornecedores	3.500
Clientes	2.000	Impostos a pagar	1.500
Estoques	2.200	Contas a pagar	1.000
		Passivo não circulante	<u>3.000</u>
Ativo não circulante	<u>14.800</u>	Empréstimos	3.000
Realizável no longo prazo	800	Patrimônio Líquido	<u>11.000</u>
Imobilizado	10.000	Capital	8.000
Intangíveis	4.000	Reservas de Lucros	3.000
Total do Ativo	20.000	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	20.000

O resultado líquido obtido em 2016 pela empresa American Products Corporation, após a conversão para a moeda funcional da empresa brasileira, foi R\$ 6.000,00, e a conta Reservas de Lucros da empresa, em 31/12/2015, convertida para Reais, apresentava o saldo de R\$ 4.000,00.

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

- Os Estoques foram adquiridos em 30/11/2016.
- O Imobilizado e os Intangíveis foram adquiridos em 31/12/2015.
- O Capital foi integralizado em 31/12/2012.

As cotações do dólar para diversas datas são as seguintes:

Data	Cotação do dólar (em R\$)
31/12/2012	2,00
31/12/2015	3,00
30/11/2016	3,80
31/12/2016	4,00
Média de 2016	3,40

Após a conversão do Balanço Patrimonial da empresa American Products Corporation para Reais, o valor

- (A) Total do Ativo é R\$ 68.000,00.
(B) da conta Ajustes Acumulados de Conversão é R\$ 18.000,00.
(C) do Patrimônio Líquido é R\$ 37.400,00.
(D) da conta Ajustes Acumulados de Conversão é R\$ 28.000,00.
(E) do Patrimônio Líquido é R\$ 29.560,00

Comentários:



Para **converter demonstrações** em moeda estrangeira para real:

Ativo e Passivo : use a **Taxa de Fechamento** (taxa da data do balanço)

PL : use a **taxa histórica** (taxa da data em que o valor foi incluído no PL)

DRE: use a **taxa da data da transação OU taxa média**.

A diferença (ATIVO – (PASSIVO + PL)) é o **Ajuste Acumulado de Conversão**.

$$\text{Ativo} = \$ 20.000 \times 4,00 = \text{R\$ } 80.000,00$$

$$\text{Passivo} = \$ 9.000 \times 4,00 = \text{R\$ } 36.000,00$$

$$\text{PL} = \text{Capital Social} + \text{Reservas de Lucros} + \text{Lucro Líquido} + \text{AAC}$$

$$\text{PL} = 8.000 \times 2,00 + 4.000 + 6.000 + \text{AAC}$$

$$\text{PL} = 26.000 + \text{AAC}$$

Agora é só aplicarmos a equação fundamental:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{PL}$$

$$80.000 = 36.000 + 26.000 + \text{AAC}$$

$$80.000 - 62.000 = \text{AAC}$$

$$\text{AAC} = 18.000$$

Gabarito → B

33) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. Chuva Fina fabrica os produtos A, B e C utilizando um único departamento. Ao analisar a produção ocorrida no mês de abril de 2018, a Cia. obteve as seguintes informações:

Produto	Gasto com Matéria-prima	Gasto com Mão de obra direta	Horas de Mão de obra direta utilizada	Quantidade total produzida	Preço de venda
A	R\$ 100/unidade	R\$ 150/unidade	1h/unidade	2.000	R\$ 500/unidade
B	R\$ 200/unidade	R\$ 100/unidade	1,6h/unidade	1.000	R\$ 700/unidade
C	R\$ 300/unidade	R\$ 50/unidade	1,4h/unidade	1.000	R\$ 600/unidade

Os custos indiretos totais incorridos no mês de abril de 2018 foram R\$ 200.000,00 e são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta total utilizada, tendo em vista que a Cia. Chuva Fina utiliza o método de custeio por absorção.

Com base nessas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, os custos unitários de produção do mês de abril de 2018 para os produtos A, B e C foram, respectivamente, em reais,

- (A) 290,00; 340,00 e 390,00
- (B) 250,00; 300,00 e 350,00
- (C) 300,00; 350,00 e 400,00
- (D) 290,00; 364,00 e 406,00
- (E) 283,33; 366,67 e 416,67

Comentário:

Vamos apurar os custos unitários, iniciando pelo custo indireto.

Produto	Quantidade total Produtos	Horas MO p/ unidade	Horas total	%	Custos Indiretos Totais	CIF unitários
A	2000	1,0	2000	0,40	80.000	40,00
B	1000	1,6	1600	0,32	64.000	64,00
C	1000	1,4	1400	0,28	56.000	56,00
Total			5000		200.000	

Agora, o custo unitário por produto:

Produto	Gasto Matéria prima	Gasto de Mão de Obra direta	Custos indiretos totais	Custo Unitário
A	100	150	40	290
B	200	100	64	364
C	300	50	56	406

Gabarito → D

34) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) Determinada indústria incorreu nos seguintes gastos para produzir seu único produto:

Custos fixos: R\$ 60.000,00

Custos variáveis:

--- Matéria-prima: R\$ 10,00/unidade

--- Mão de obra direta: R\$ 5,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 20.000,00

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões de venda: 3% do preço de venda

Informações sobre a venda do produto:

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas

Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 130.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- A) 1.900
- B) 3.000
- C) 2.100
- D) 2.625
- E) 2.715

Comentário:

Vamos lá! Começando pela Margem de Contribuição Unitária.

Custos e despesas variáveis:

Custos variáveis:

--- Matéria-prima: R\$ 10,00/unidade

--- Mão de obra direta: R\$ 5,00/unidade

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Preço de venda: \$ 100

Comissões de vendas = \$100 x 3% = R\$ 3,00

Imposto sobre vendas = \$100 x 10% = R\$ 10,00

Custos variáveis e despesas variáveis:

$$10 + 5 + 2 + 3 + 10 = \$ 30$$

Margem de contribuição unitária (MCU):
preço de venda – custos variáveis e despesas variáveis

Margem de contribuição unitária: \$ 100 - \$ 30 = \$ 70

Ponto de equilíbrio econômico:
(Custos Fixos + Despesas fixas + Lucro desejado / MCU

$(60.000 + 20.000 + 130.000) / \$ 70$
 $\$210.000 / \$70 = 3000$

Gabarito → B

35) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. Porosa fabrica quatro produtos (X, Y, Z e W) e as informações referentes a cada um deles estão apresentadas a seguir (Valores em reais):

Variável	Produto			
	X	Y	Z	W
Preço de venda (unitário)	100	100	100	100
Custos variáveis (unitário)	26	30	28	20
Custos fixos (unitário)	15	12	17	18
Despesas variáveis (unitário)	9	3	6	12
Despesas fixas (unitário)	3	1	2	4

Os custos fixos são comuns aos quatro produtos e alocados com base nos volumes produzidos. As despesas fixas são alocadas em função das despesas variáveis unitárias. Sabendo que a empresa tem recursos limitados para investir em propaganda e que o objetivo é a maximização do lucro, a ordem de prioridade em que os produtos devem ter sua venda incentivada é

- A) W, X, Z e Y.
- B) Y, W, X e Z.
- C) W, Y, Z e X.
- D) Y, X, Z e W.
- E) X, Y, W e Z.

Comentário

Devem ser incentivados os produtos com a maior Margem de Contribuição Unitária. Vamos calcular:

Margem de contribuição unitária

Preço de venda – custos variáveis – despesas variáveis

Variável	X	Y	Z	W
Preço de venda Unitário	100	100	100	100
Custos variáveis unitários	-26	-30	-28	-20
Despesas variáveis unitárias	-9	-3	-6	-12
Margem de Contribuição Unitária	65	67	66	68

Ordem de prioridade: W, Y, Z e X

Gabarito → C

36) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) A Cia. das Peças, ao analisar o desempenho operacional de seu setor produtivo, obteve as seguintes informações sobre a matéria-prima utilizada na fabricação de determinado produto:

Variável	Custo padrão	Custos reais
Quantidade consumida	2 kg/unidade	2,1 kg/unidade
Preço	R\$ 10,00/kg	R\$ 9,00/kg
Total	R\$ 20,00/unidade	R\$ 18,90/unidade

Com base nessas informações, a variação

- (A) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 2,00 favorável.
- (B) da quantidade de matéria-prima por unidade foi R\$ 1,00 favorável.
- (C) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 1,00 favorável.
- (D) da quantidade de matéria-prima por unidade foi R\$ 0,90 desfavorável.
- (E) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 2,10 favorável.

Comentário:

Vamos usar o método XI:

	Real	Padrão	Diferença
Quantidade	2,1	2,0	0,1
Preço	9	10	-1
Total	18,9	20,0	

Varição quantidade (0,1 x 10)	1,0	Desfavorável	
Varição preço (-1 x 2)	-2,0	Favorável	
Varição Mista (0,1 x -1)	-0,1		
Total	-1,1		

Para ver se a variação é favorável ou desfavorável, temos que comparar o custo real com o padrão. Se o real for maior, é desfavorável. Se o real for menor, é favorável.

Gabarito → A

37) (FCC/ AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/2018) Considere as seguintes informações sobre os dois produtos fabricados pela Cia. Especializada:

	Especial 1 (unidade de 1kg)	Especial 2 (unidade de 1kg)
Lucro bruto por unidade	R\$ 12,00	R\$ 15,00
Margem de contribuição unitária	R\$ 10,00	R\$ 12,00
Quantidade de material especial por unidade	5	8
Quantidade demandada pelo mercado	100 unidades por semana	200 unidades por semana

A Cia. Especializada só consegue comprar 1.700 unidades de material especial por semana para a fabricação dos dois produtos.

Considerando o objetivo de maximizar o lucro, a Cia. deve produzir e vender as seguintes quantidades semanais do produto Especial 1 e do Especial 2, respectivamente,

- A) 0 e 200
- B) 20 e 200
- C) 100 e 200
- D) 0 e 212
- E) 100 e 150

Comentário:

Vamos calcular a Margem de Contribuição Unitária dividida pelo fator de restrição (material especial). Devemos produzir prioritariamente o produto que apresentar a melhor margem de contribuição unitária.

	Especial 1	Especial 2
--	------------	------------

Margem de contribuição unitária	R\$ 10,00	R\$ 12,00
Quantidade de material especial	5	8
MCU / Quantidade mat. especial	R\$ 2,00	R\$ 1,50

Assim, a empresa deve incentivar o produto Especial 1.

A demanda semanal do produto Especial 1 é de 100 unidades por semana.

Produto 1 = 100 unidades x 5 = 500 unidades material especial.

A empresa pode comprar 1.700 unidades do material especial. Se usar 500 para o produto especial 1, sobram 1200 unidades para o produto especial 2.

$1200 / 8 = 150$ unidades do produto especial.

Assim, a empresa deve produzir 100 unidades do produto especial 1 e 150 unidades do produto especial 2.

Gabarito → E

38) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** A empresa Profile S.A. adquiriu, em 31/12/2015, uma máquina por R\$ 420.000,00 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos para instalação adequada da mesma no valor de R\$ 60.000,00. Na data da aquisição, a empresa definiu que a vida útil econômica da máquina seria 6 anos e o valor residual esperado no final da vida útil seria R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da depreciação.

Em 30/06/2017, a empresa Profile S.A. vendeu esta máquina por R\$ 350.000,00 à vista. O resultado apurado na venda da máquina foi, em reais,

- a) 27.500,00 positivos.
- b) 17.500,00 negativos.
- c) 12.500,00 positivos.
- d) 57.500,00 positivos.
- e) 70.000,00 negativos.

Comentários:

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo seu custo, o qual inclui todos os custos necessários para colocá-lo em condições de uso. Conforme o Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado:

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) **quaisquer custos** diretamente atribuíveis **para colocar o ativo no local e condição necessárias** para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- (b) custos de preparação do local;
- (c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);
- (d) custos de instalação e montagem;
- (e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e
- (f) honorários profissionais.

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são:

- (a) custos de abertura de nova instalação;
- (b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);
- (c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
- (d) custos administrativos e outros custos indiretos.

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)

Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento

Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

O resultado apurado na venda é a diferença entre o valor recebido e o valor contábil líquido.

Custo de aquisição: $420.000 + 60.000 = 480.000$. Os gastos na instalação integram o custo, conforme CPC 27.

Depreciação = $(\text{Custo de aquisição} - \text{Valor residual}) / \text{Vida útil}$
 $= (480.000 - 30.000) / 6$
 $= 450.000 / 6$
 $= 75.000$ anual

De 31/12/2015 até 30/06/2017 temos o intervalo de 18 meses ou 1,5 anos. Logo, a depreciação e o valor contábil do ativo serão:

Depreciação total: $75.000 \times 1,5 = 112.500$

Valor contábil: $480.000 - 112.500 = 367.500$

Venda do ativo

$350.000 - 367.500 = (17.500)$

Gabarito → B

39) (FCC/Analista/DPE AM/2018) A Cia. Açúcar & Sal adquiriu produtos para serem utilizados no seu processo industrial. Os produtos foram adquiridos à vista pelo valor total de R\$ 120.000,00. No valor pago pelos produtos estavam inclusos tributos recuperáveis de R\$ 25.000,00 e tributos não recuperáveis de R\$ 15.000,00. Na mesma data, a Cia. pagou frete e seguro no valor de R\$ 8.000,00 para transporte dos produtos até a empresa. Na aquisição dos produtos, a Cia. Açúcar & Sal efetuou nas contas Caixa e Estoques os seguintes lançamentos:

a) Débito em Estoques e crédito em Caixa, ambos no valor de R\$ 128.000,00.

- b) Débito em Estoques e crédito em Caixa, ambos no valor de R\$ 95.000,00.
- c) Débito em Estoques no valor de R\$ 95.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.
- d) Débito em Estoques no valor de R\$ 80.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.
- e) Débito em Estoques no valor de R\$ 103.000,00 e crédito em Caixa no valor de R\$ 128.000,00.

Comentários:

Segundo o Pronunciamento Contábil CPC 16 que trata dos estoques, o custo de aquisição dos estoques compreende:

- 4) Preço de compra
- 5) Impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis). Os tributos recuperáveis são:
 - c) Matéria prima: IPI, ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
 - d) Mercadorias para revenda: ICMS, PIS e Cofins (os dois últimos na modalidade não cumulativa)
- 6) Custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição.

Custo do estoque inclui:
Preço de compra
Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis)
Custo de transportes (Frete sobre compra)
Seguro
Manuseio
Custos diretamente atribuíveis
Não inclui
Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos)
Descontos comerciais
Abatimentos

Portanto, o custo do estoque será de $120.000 - 25.000 + 8.000 = 103.000$.

Contabilização:

D – Estoques	103.000
D – Tributos a recuperar	25.000
C – Caixa	128.000

Gabarito → E

40) (FCC/Analista/DPE AM/2018) A Cia. Bana & Lara apresentava, em 31/12/2016, os seguintes saldos em algumas contas contábeis, com valores em reais:

Compras de mercadorias	15.000,00
Estoque inicial de mercadorias	35.000,00
Receita de vendas	64.000,00
Devolução de vendas	4.500,00
Estoque final de mercadorias	20.500,00
Comissões de vendas	7.000,00
Devolução de compras	4.000,00
Despesas financeiras	2.000,00
Impostos sobre vendas	9.000,00
Frete sobre vendas	3.000,00

Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas e o lucro bruto foram, respectivamente, em reais,

- a) 25.500,00 e 18.000,00.
- b) 25.500,00 e 25.000,00.
- c) 28.500,00 e 25.000,00.
- d) 28.500,00 e 18.000,00.
- e) 25.500,00 e 15.000,00.

Comentários:



Pessoal, se tem um item que a FCC adora pedir em suas questões é o Lucro Bruto! Vocês verão muitas questões sobre o tema. E fiquem atentos, pois uma pegadinha bem comum da banca é colocar despesas e receitas que não afetam o cálculo do Lucro Bruto, que é a diferença entre a receita líquida de vendas e o CMV. Frete sobre vendas é a mais manjada de todas. Gravem isso:

Bizu da FCC: Cálculo do Lucro Bruto → cuidado com Frete Sobre Vendas.

Vamos lá:

$CMV = EI + Compras\ Líquidas - Estoque\ Final$

$$\text{CMV} = 35.000 + 15.000 - 4.000 - 20.500 = 25.500$$

$$\text{Lucro Bruto} = \text{Receita Líquida} - \text{CMV}$$

$$\text{Lucro Bruto} = 64.000 - 4.500 - 9.000 - 25.500 = 25.000$$

Gabarito → B

41) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** Em 31/12/2016 a Cia. Calacrada adquiriu 60% das ações da Cia. Topa Tudo por R\$ 9.000.000,00 à vista. Na data da aquisição o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Topa Tudo era R\$ 14.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 18.000.000,00, sendo que a diferença era decorrente da avaliação a valor justo de um terreno que a Cia. Topa Tudo havia adquirido dois anos antes.

No período de 01/01/2017 a 31/12/2017 a Cia. Topa Tudo reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido: R\$ 500.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 100.000,00 (valor negativo)

O valor reconhecido no Balanço Patrimonial individual da Cia. Calacrada, na conta Investimentos em Controladas, em 31/12/2016 e 31/12/2017 foram, respectivamente,

- a) R\$ 10.800.000,00 e R\$ 10.980.000,00.
- b) R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.180.000,00.
- c) R\$ 10.800.000,00 e R\$ 11.040.000,00.
- d) R\$ 9.000.000,00 e R\$ 9.240.000,00.
- e) R\$ 8.400.000,00 e R\$ 8.700.000,00.

Comentários:

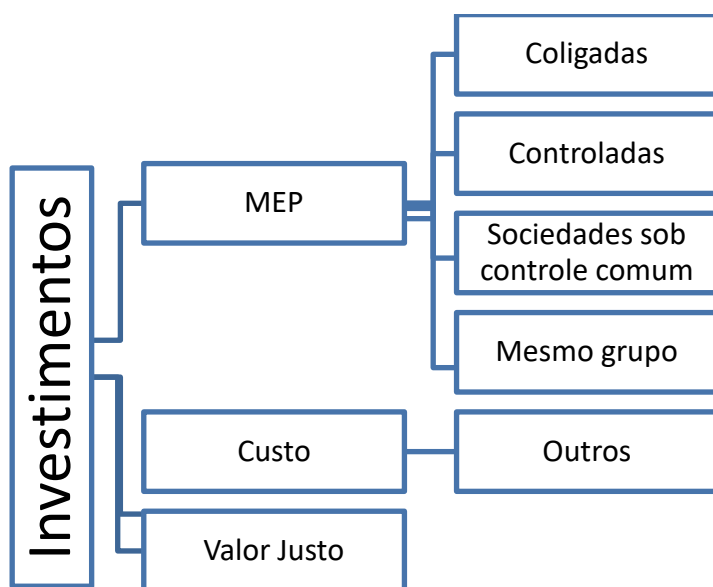
Como alertamos na nossa análise de temas mais cobrados pela FCC, o CPC 18 – Investimentos é o campeão e, geralmente, são as questões com maior nível de dificuldade. Veremos muitas questões desse tema no curso e tenho certeza que vocês não serão surpreendidos em provas.

Vamos fazer uma pequena revisão sobre o tema!

Os investimentos ou são de caráter transitório, quando a empresa não tem a intenção de permanecer com eles no longo prazo, sendo classificados no circulante ou não circulante realizável a longo prazo, ou, então, são de caráter permanente, quando a empresa tem a intenção de mantê-los, sendo nesta hipótese classificados no ativo não circulante investimentos.

Há três formas de avaliar os investimentos permanentes: **pelo método de custo, método do valor justo ou pelo método da equivalência patrimonial**. Os mais importantes para provas são o método da equivalência patrimonial e o método do custo.

Os investimentos em coligadas e controladas, sociedade do mesmo grupo e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos, que não sejam em coligadas e controladas, serão avaliados pelo método de Custo ou Valor Justo.

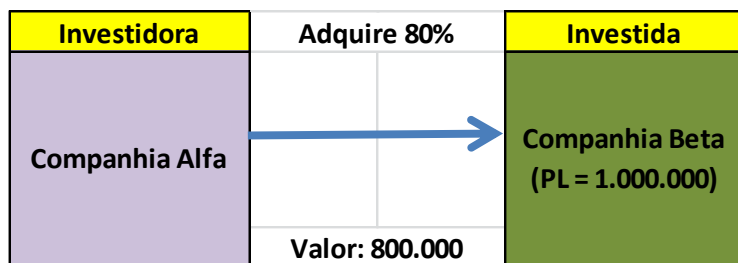


Método da Equivalência Patrimonial

O método da equivalência patrimonial funciona basicamente do seguinte modo. Imagine que você seja sócio de uma empresa muito grande, a Companhia Alfa. A Companhia Alfa vislumbra uma excelente possibilidade de investimento e decide adquirir o controle de outra empresa, a Companhia Beta.

Então, você sabe que o capital dos sócios representa o patrimônio líquido, não é mesmo? Então, quando você está comprando ações de uma entidade, você está comprando uma fatia de seu patrimônio líquido. Você passa a se tornar sócio dessa empresa. Então, o que acontecer com o PL da investida (no caso Beta) vai refletir no seu investimento. Se ela tiver lucro, vai aumentar o PL, então, bom para você e seu investimento, que aumentará proporcionalmente a sua fatia no capital próprio da empresa.

Ao revés, havendo um prejuízo, de igual maneira isso ocorrerá no seu investimento, o que acarretará uma diminuição no valor do PL da investida e no seu investimento. Lembre-se de que você é dono de um pedaço da companhia.

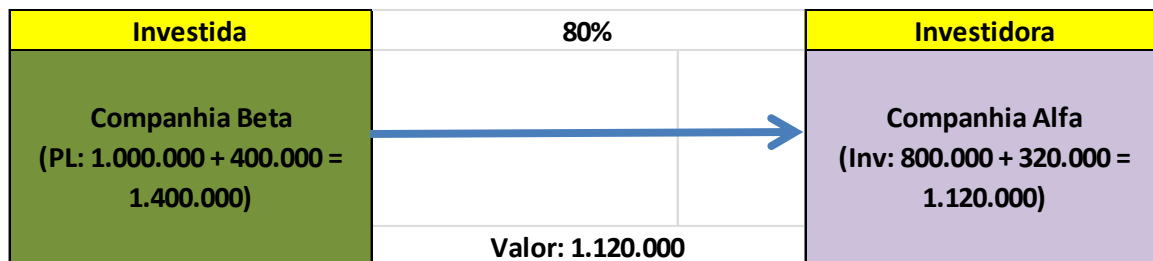


A Companhia Alfa está adquirindo 80% das ações ordinárias (as que, em regra, dão direito a voto) de Beta. Então, raciocine, ela está se tornando sócia de Beta. 80% de suas ações caracterizará controle. Alfa registrará esse valor como **Ativo não circulante - Investimentos/Equivalência patrimonial**.

Débito – Ativo não circulante investimentos/MEP	800.000,00
Crédito – Caixa	800.000,00

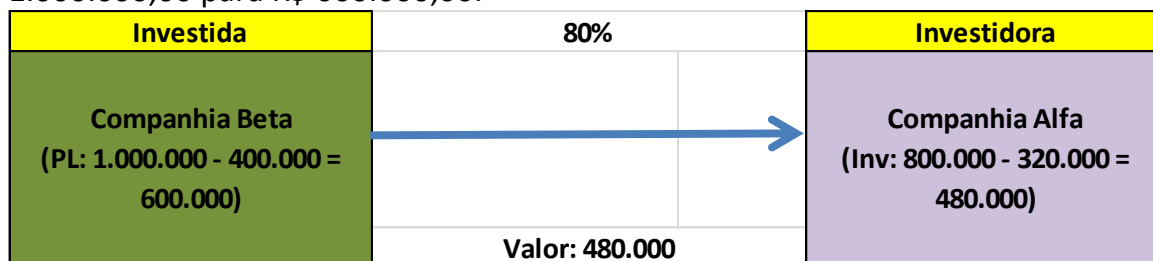
Depois disso, todas as variações que ocorrerem no PL de Beta refletirão diretamente no valor do investimento.

Exemplo: Companhia Beta teve um lucro de R\$ 400.000,00. Como isso reflete em Alfa?



Vejam que o PL de Beta subiu para R\$ 1.400.000,00. Automaticamente, o investimento societário de Alfa subirá para R\$ 1.400.000,00 x 80% = R\$ 1.120.000,00. E esses R\$ 1.120.000,00 podem ser decompostos em R\$ 800.000,00 do investimento inicial + R\$ 320.000,00, correspondentes a R\$ 80% do lucro auferido. Afinal, se você tem 80% do capital, é esperado que tenha direito a 80% do lucro.

Isso é método da equivalência patrimonial! Agora, suponha que, em vez de prejuízo, a Companhia Beta tivesse apurado um prejuízo de R\$ 400.000,00. Como ficaria? O PL reduziria de R\$ 1.000.000,00 para R\$ 600.000,00.

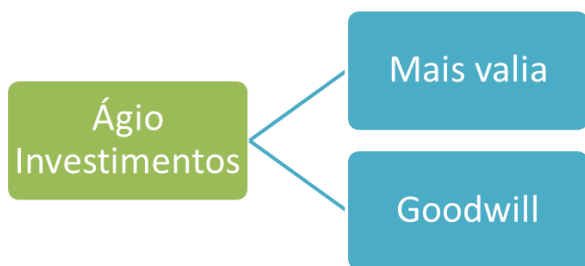


Aquisição de investimento em coligadas ou controladas – contabilização – com mais valia e goodwill.

Quando nós adquirimos uma participação societária, quando compramos a parte de uma empresa e nos tornamos sócios, não necessariamente compramos pelo valor nominal. Podemos pagar um valor a mais ou menos do que ele vale. Seja pela expectativa de lucratividade futura, seja por que esta empresa não vale mais como outrora.

O **ágio** (valor pago a maior) na aquisição de investimentos em coligadas e controladas deve ser classificado em duas parcelas:

- 1) **Mais Valia** dos ativos líquidos e
- 2) **Goodwill**.



Vamos explicar como ficam classificados no balanço individual e no balanço consolidado. Na aquisição, os ativos e passivos da adquirida devem ser avaliados pelo valor justo.

A **diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos é a Mais Valia** (antigamente chamada de “ágio por diferença de valor de mercado dos ativos”).

E a **diferença entre o valor pago e o valor justo é o goodwill** (também chamado de “ágio por expectativa de rentabilidade futura”).

Valor justo
(-) Valor contábil
Mais valia
Já...
Valor pago
(-) Valor justo
Goodwill

Voltando para nossa questão, o valor contábil da participação é de $14.000 \times 0,6 = 8.400,00$. A diferença entre o valor justo e o valor contábil é a mais valia.

$$(18.000 \times 0,6) - 8.400 = 2.400$$

O valor até aqui é de $8400 + 2400 = 10800$, mas foi pago 9.000, portanto, temos um ganho por compra vantajosa de 1.800 (receita).

Contabilização

D - Investimento mais valia	2400
D - Investimento Participação	8400
C - Caixa	9000
C - Ganho por compra vantajosa	1800

Vamos efetuar as contabilizações:

Lucro líquido: **R\$ 500.000,00**

Para a equivalência patrimonial: $500.000 \times 0,6$

D - Investimento	
C - Receita de Equivalência Patrimonial	300.000

Distribuição de dividendos: **R\$ 100.000,00**

Para a equivalência patrimonial: $100.000 \times 0,6$

D - Dividendos a pagar/BCM	
C - Investimento	60.000

Ajustes acumulados de conversão de demonstrações contábeis de investidas no exterior: R\$ 100.000,00 (devedor)

Para a equivalência patrimonial: $100.000 \times 0,6$

D - Ajustes acumulados de conversão - Outros resultados abrangentes (conta reflexa ¹)	
C - Investimentos	60.000

Valor investimento em 31/12/2017

¹ Conta reflexa seria a mesma conta que originou a contabilização na investida será ajustada na investidora. No exemplo apresentado, Ajustes Acumulados de conversão na investida deu origem à contabilização e a conta reflexa é Ajuste Acumulados de conversão na Investidora.

$$10.800.000 + 300.000 - 60.000 - 60.000 = 10.980.000,00$$

Gabarito → D

42) (FCC/Analista/DPE AM/2018) Em 31/12/2014, a Cia. Só Concreto adquiriu um equipamento por R\$ 1.300.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou que a vida útil econômica seria 10 anos e o valor residual esperado seria R\$ 300.000,00. Em 01/01/2016, a empresa reavaliou a vida útil econômica remanescente para 8 anos e o valor residual para R\$ 200.000,00.

Sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação, o valor contábil apresentado pela Cia. Só Concreto, no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, foi, em reais,

- a) 1.075.000,00.
- b) 1.025.000,00.
- c) 875.000,00.
- d) 825.000,00.
- e) 1.100.000,00.

Comentários:

Nos termos do CPC 27:

50. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

51. O **valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício** e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a **mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil**, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Esta é uma novidade importante. Antes da edição do CPC 27, **o valor residual e a vida útil eram definidos** (geralmente, as empresas usavam o critério fiscal) **e não mais se alteravam**, durante a vida útil do ativo.

Todavia, **com as mudanças, o valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada ano**. Se houver diferença, deve ser realizada e tratada como **mudança de estimativa contábil**, como reza o artigo 51 do CPC 27. **A vida útil e valor residual agora podem aumentar e diminuir**.

A mudança na depreciação deve ser considerada mudança de estimativa contábil, isto implica produzir **efeitos prospectivos** – no ano corrente e nos anos futuros. Não deve ser feita nenhuma alteração nos valores já contabilizados como depreciação.

Nossa primeira tarefa será obter a depreciação acumulada até o momento da reavaliação:



ESQUEMATIZANDO

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

- 1) Pegue o valor de aquisição.
- 2) Encontre o valor residual. Se não falar nada, é igual a zero.
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável.
- 4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente).
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil
- 6) Você encontrará o valor da depreciação.

Valor Depreciável = R\$ 1.300.000,00 - R\$ 300.000,00 = R\$ 1.000.000

Vida Útil = 10 anos → Depreciação Anual = 1.000.000/10 = R\$ 100.000

Depreciação Acumulada até a reavaliação = R\$ 100.000

Valor Contábil_{01/01/2016} = R\$ 1.300.000,00 - R\$ 100.000,00 = R\$ 1.200.000

Cálculo da Depreciação Após a Reavaliação:

Valor Depreciável = R\$ 1.200.000,00 - R\$ 200.000,00 = R\$ 1.000.000

Vida Útil = 08 anos → Depreciação Anual = 1.000.000/8 = 125.000

Depreciação Acumulada_{31/12/2016} = 125.000

Valor Contábil_{31/12/2016} = R\$ 1.200.000,00 - R\$ 125.000,00 = R\$ 1.075.000,00

Gabarito → A

43) (FCC/Analista/DPE AM/2018) A Cia. Fantástica possuía em seu estoque um lote de mercadoria e, em 01/12/2016, vendeu 60% desse lote por R\$ 650.000,00 para ser recebido em 30/03/2018. Sabe-se que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 554.333,00, que não há incidência de qualquer tributo na compra nem na venda das mercadorias e que a taxa de juros cobrada pela empresa foi 1% ao mês.

Com base nestas informações, a Cia. Fantástica reconheceu na Demonstração do Resultado de 2016, Receita de vendas no valor de

a) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 95.667,00.

- b) R\$ 650.000,00 e Despesa financeira no valor de R\$ 95.667,00.
- c) R\$ 554.333,00 e Receita financeira no valor de R\$ 5.543,33.
- d) R\$ 650.000,00, apenas.
- e) R\$ 554.333,00, apenas.

Comentários:

O CPC 12 – Ajuste a Valor Presente está sendo muito cobrado pela FCC e costumam ser questões um pouco trabalhosas, pois nem sempre a banca alivia nos cálculos. Ademais, é importante que vocês estejam bem familiarizados com conceitos da Matemática Financeira, como Valor Presente, Valor Futuro, Taxa Efetiva e Nominal, Série de Pagamentos.

As vendas e as compras, quando feitas a prazo, inserem no valor da operação, juros e encargos financeiros referentes à remuneração de um capital no futuro.

Assim, a contabilização pelo valor nominal faz com que essas operações sejam demonstradas de forma superavaliada no Balanço Patrimonial. Fica difícil, **também, diferenciar o resultado financeiro (de juros) do resultado realmente apurado com operações da atividade empresarial.** O ajuste a valor presente (AVP) veio para que possamos dirimir esse problema.

Assim, se determinada empresa compra mercadorias para pagar daqui a três anos, no montante de R\$ 150.000,00, com encargos de R\$ 25.000,00, qual o seu valor presente, isto é, hoje? Resposta: $R\$ 150.000,00 - R\$ 25.000,00 = R\$ 125.000,00$. Lógico que não é tão simples assim, mas segue esta linha.

Objetivos do ajuste a valor presente:

- Evitar que as demonstrações sejam superavaliadas.
- Diferenciar o resultado financeiro do resultado com as operações da atividade.

A Lei 11.638/07 incluiu o tema na Lei 6.404/76 da seguinte forma:



Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:
III – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

Elementos	Período	AVP?
Ativo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante
Passivo	Não circulante	Ajustados a valor presente
	Circulante	Se houver efeito relevante

A questão fala que a empresa efetuou uma venda para ser recebida no longo prazo, nesse caso, devemos efetuar o ajuste a valor presente. O valor futuro da venda é de R\$ 650.000, mas o valor presente, que é o valor à vista, é de R\$ 554.333,00. A diferença representa os encargos a transcorrer da operação e que serão apropriados como receita financeira ao longo da operação: R\$ 95.667,00

Contabilização no momento da venda – 01.12.2016:

D – Clientes	R\$ 650.000,00
C – Ajuste a valor Presente – Clientes (retificadora Ativo)	R\$ 95.667,00
C – Receita de Vendas	R\$ 554.333,00

Agora, vem o grande detalhe da questão. A venda foi efetuada no dia 01.12.2016 e a questão quer saber o efeito no resultado na demonstração do resultado do exercício de 2016. Qual é a data de referência da DRE de 2016? **Dia 31.12.2016, isto é, um mês após a compra!**

Se não nos atentarmos a esse detalhe, vamos considerar que temos que reconhecer apenas a receita de venda, mas, como passou-se um mês, já temos que reconhecer a receita financeira no resultado.

Receita Financeira = Valor Presente x Taxa de Juros

Receita Financeira = 554.333,00 x 1% = 5.543,33

Bizu FCC: Questões de CPC 12 – Cuidado com datas!

Gabarito → C

44) **(FCC/Analista/DPE AM/2018)** O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00

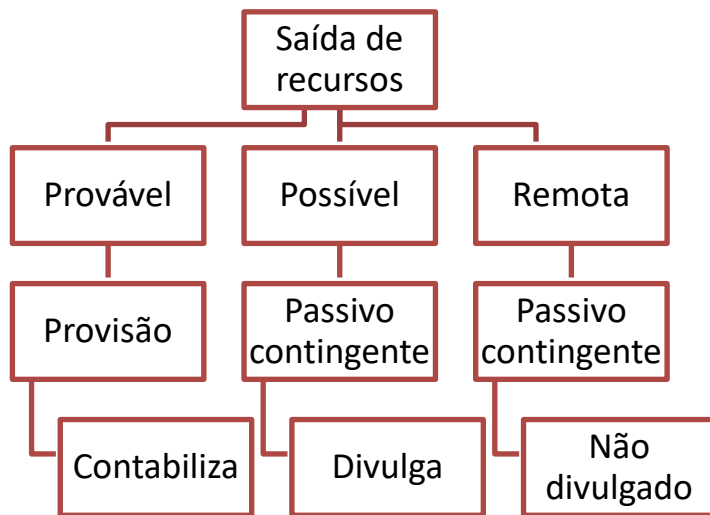
Comentários:

Mais dos temas mais explorados pela FCC em provas: CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Basicamente, temos três possíveis situações:

- 4) Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- 5) Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa – **Passivo contingente divulgado**.
- 6) Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado – **Passivo contingente não divulgado**.

A grande dificuldade reside na avaliação da possibilidade de saída de recursos. Uma vez estabelecido que a saída é provável, possível ou remota, fica simples estabelecer o correto tratamento contábil.

Ainda é importante mencionar que podemos ter mudanças na classificação dessas situações, o que pode ensejar a constituição ou reversão de novas provisões, como aconteceu na questão.



Vamos analisar cada processo:

Ação Trabalhista:

Saldo Inicial = 300.000, mas foi reavaliado para 250.000 e continua sendo classificada como **Provável = reversão de provisão de 50.000 (receita).**

Ação Fiscal:

Saldo Inicial = 800.000, mas foi reavaliado para 700.000 e continua sendo classificada como **Provável = reversão de provisão de 100.000 (receita).**

Ação Ambiental:

Classificada como **Provável**, saldo de R\$ 80.000 = provisão de R\$ 80.000 no período **(despesa).**

Ação Cível:

Classificada como **Possível**, não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa.

Efeito no resultado = 50.000 + 100.000 – 80.000 = aumento de 70.000

Gabarito → E